

# PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Director: Samuel Thirion

Distribuição Gratuita | Dezembro | N.º 3 | 1999



3 a 5 Actividades da Célula ■ 8 Agenda da Rede  
9 Pessoas ■ 13 a 16 Actividades da Rede ■ 17 Do Local ao Global  
19 Desenvolvimento local em meio rural: experiência do Leader em Portugal  
20 Vinhos de Basto



# a abrir...

## Para uma estratégia de comunicação integrada dentro da rede LEADER...

O jornal "Pessoas e Lugares" é, ou pelo menos pretende ser, um instrumento de comunicação valioso para a animação da rede LEADER e dos actores do desenvolvimento local, pelas diversas funções que ele preenche (função de informação, de divulgação de opiniões e debate, bem como de promoção). Ele é o suporte de todas as actividades de animação, sejam elas da iniciativa da Célula ou da rede das ADL e serve de referência e de memória colectiva da vida da rede.

Dai a importância que se deu ao lançamento do jornal na primeira fase das actividades da Célula de Animação e o tempo considerável que se dedicou a que o "Pessoas e Lugares" se tornasse rapidamente um jornal de qualidade, atraente e de utilidade para as ADL e outros actores do desenvolvimento rural.

Se ao fim de quatro números se pode dizer que estamos próximos da forma mais adequada para as funções que o jornal pretende preencher, há pelo menos um aspecto importante que continua a ser pouco satisfatório: o facto de ele continuar a ser total e exclusivamente produzido pelos técnicos da Célula de Animação. Os artigos são escritos por técnicos da Célula, as entrevistas são realizadas por pessoas da Célula, as fotografias são da Célula. Quanto à rubrica «Fala quem quer», depois do contributo de José Carlos Albino no número 0, nunca mais recebemos qualquer texto. É claro que não é isso que se pretendia. Um jornal de animação de rede deveria ser, no nosso entender, a expressão concreta e comunicativa das pessoas e associações que vivem nesta rede. É verdade que os esforços da equipa da Célula neste sentido talvez não tenham sido suficientes, preocupados que têm estado com a saída efectiva do jornal, com um certo nível de qualidade tanto ao nível do conteúdo como da forma.

No entanto, com este número 3, aparecem pela primeira vez artigos enviados por Associações. Trata-se de uma reportagem sobre a Feira da Castanha na aldeia de Terroso (Bragança), enviada pela Corane; da divulgação do Protocolo de cooperação entre a Pró-Raia e a ADECOCIR, enviado pela Pró-Raia e da

nota sobre os Vinhos de Basto, da responsabilidade da PROBASTO. É talvez um primeiro sinal de mudança, que poderá afirmar-se nos próximos números.

Contudo, temos que considerar que isso só acontecerá se outros instrumentos de comunicação complementares ao jornal e articulados com o mesmo, começarem a funcionar. É uma tarefa à qual a Célula se tem dedicado desde há alguns meses com um esforço particular no último mês.

Assim, estão a ser concretizados neste momento **quatro novos instrumentos de comunicação** que poderão completar o jornal "Pessoas e Lugares" e dar-lhe uma outra dimensão.

1. Em primeiro lugar o **Site Internet** da Célula. Demorámos mais tempo do que previsto para o seu lançamento com a preocupação de lançar um site que seja logo à partida atraente, participativo e interactivo. Hoje em dia o site já está lançado, apesar de estar ainda numa forma provisória e não completa.
2. Em segundo lugar os **programas de rádio**. Esta actividade, prevista no programa da Célula de Animação, está a ser iniciada através da produção, numa primeira fase, de micro-programas de rádio a nível local cuja temática será centrada sobre o desenvolvimento rural e as actividades dos grupos LEADER. Uma carta foi enviada a todas as ADL para conhecer o seu interesse neste sentido. Já tivemos algumas respostas e os primeiros micro-programas estão a ser lançados.
3. Os **ateliers "Sítios e Pessoas"** também demoraram mais tempo do que previsto, mas serão lançados em breve. Estes ateliers vão ser fundamentais em termos de comunicação visual, permitindo uma produção fotográfica da parte dos grupos LEADER e dos actores locais, que por um lado será um instrumento de animação e de promoção dos territórios rurais e, por outro lado, permitirá dispor de um banco de imagens do mundo rural que será valorizado em



Paula Santos

diversos meios de comunicação – jornal, site internet, agência de informação, etc.

4. Finalmente, a **Agência de Informação**, prevista também nas actividades da Célula, está a dar os seus primeiros passos com o lançamento de uma rede de correspondentes a nível de cada ADL (ver artigo sobre os grupos de trabalho na página 5).

Cada um destes quatro novos instrumentos de comunicação tem características e vantagens específicas, que são diferentes e complementares. Enquanto o jornal é um meio visível e palpável, objecto de divulgação social que aparece todos os meses, o site internet, mais discreto, menos visível e menos directamente acessível, tem a vantagem de ser potencialmente muito mais interactivo e ser portador de debates que não são sempre fáceis de lançar unicamente através do jornal. Por outro lado, os programas de rádio e a rede de correspondentes locais para a Agência de Informação são dois elementos chave para permitir uma participação activa das ADL e dos actores do mundo rural nos instrumentos de comunicação existentes a nível da rede, e também para atingir um público muito mais amplo. Finalmente, os ateliers

"Sítios e Pessoas" introduzem uma dimensão visual essencial à comunicação, complementar da dimensão escrita e oral dos outros meios de comunicação.

Esperamos portanto que com esta diversificação dos instrumentos, a comunicação dentro e fora da rede LEADER ganhe outra dimensão e se afirme como potencializadora da plena expressão da vida da rede. Isso dependerá do nível de integração entre estas diversas formas de comunicação e do interesse das ADL e actores locais, mas também e sobretudo, da forma de trabalhar da própria Célula. É uma aposta que pode parecer difícil à partida, mas pela qual pretendemos dar o máximo dos nossos esforços nos próximos meses. Assim, poder-se-á criar progressivamente uma comunicação "integrada" e participativa dentro da rede LEADER. É claro que todas as observações e sugestões sobre esta questão são extremamente bem vindas no momento em que tudo está a ser experimentado, num campo onde há muitos caminhos novos ou ainda pouco explorados.

Samuel Thirion

A Célula de Animação deseja a todos quantos estão ligados à implementação do Programa LEADER em Portugal, à família LEADER espalhada por toda a Europa, e a todos quantos, no terreno, trabalham em prol do desenvolvimento local



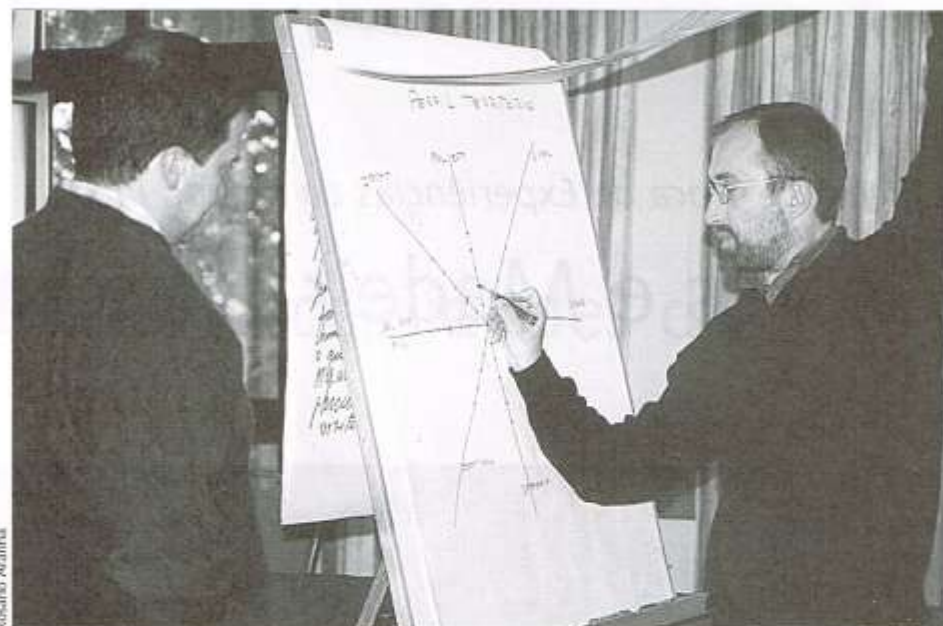
Umas **BOAS FESTAS** e  
Um **FELIZ ANO NOVO**

Que a entrada no ano 2000 seja a consolidação do trabalho em prol das nossas comunidades rurais.



# Mangualde

A acção de formação deu origem a um grupo de trabalho



Rosário Aranha

*"Há aqui um conjunto de pessoas que vão tentar reflectir conjuntamente e estimular-se mutuamente."*

*Estas palavras de Camilo Mortágua abriram a sessão do terceiro passo da caminhada da animação directa.*

*Assim decorreu em Mangualde, de 21 a 23 de Setembro, a acção de formação do primeiro grupo de proximidade, constituído pela ADD, ADDLAP, AD ELO, E ADICES.*

*Na ordem do dia estavam os conceitos de desenvolvimento e a auto-avaliação.*

*Mas a história não acaba aqui.*

O convite para a reflexão foi lançado, com a leitura de dois textos: "Padres cultos precisam-se", de António Marujo (Público, 03.09.99) e "Desenvolvimento e injustiça estrutural", de Roque Amaro. A disputa entre a teoria e a prática subiu naturalmente à superfície, quando se tratava, precisamente, de introduzir e manter, neste espaço e neste tempo privilegiados, uma distância entre o trabalho e as dificuldades do dia-a-dia e a definição dos princípios fundamentais do desenvolvimento local. Referindo-se a um dos dois textos, muito rapidamente surge a verbalização de uma dúvida, exprime-a aqui por Isabel Adelaide Dias, da ADDLAP, "o conceito de desenvolvimento não está muito claro. Desde há muito tempo, há uma certa confusão entre crescimento e desenvolvimento". O debate de ideias encarrega-se, à medida que a reflexão circula e avança, de sugerir hipóteses, respostas e esclarecimentos a questões levantadas. Assim, José Antunes, da ATAHCA, explica, "o desenvolvimento diz tudo, não era preciso nós acrescentarmos nem sustentado, nem integrado. Quando se fala no desenvolvimento é no sentido da perfeição e do melhoramento da condição de vida humana. Nós pensamos nisto, mas de facto,

no trabalho de todos os dias, a rotina, as acções, os compromissos obrigam-nos a esquecer o objectivo".

Mas, afinal porque é que os padres cultos são chamados para aqui? A história conta que um mau génio vem provocar e espicaçar os espíritos dormentes dos agentes de desenvolvimento. E funciona. A prova está, quando Cristina Saraiva, da ADD, proclama, "o facto de vocês aparecerem, é importante, obriga-nos a parar para pensar". E pensar o quê? Porque não o desenvolvimento? Volta-se ao ponto de partida, "nós damos por adquirido que a maioria das pessoas com opinião são capazes de fazer uma distinção muito clara entre desenvolvimento e crescimento, e isso não é verdade."

Roque Amaro escreve que o conceito de desenvolvimento nasceu do processo histórico iniciado com a revolução industrial, baseado nos mitos do industrialismo, do produtivismo, do economicismo e do centralismo e valorizando a quantidade mais que a qualidade. Segundo Samuel Thirion, as características da sociedade hoje já são diferente, estamos numa transição para uma sociedade "post-industrial" e, por conseguinte, a ideia original de desenvolvimento "está nitidamente ultrapassada". Face a esta nova disposição da realidade, é necessário encontrar "uma forma de redefinir o desenvolvimento. A ideia de trabalhar sobre o conceito de desenvolvimento é uma ideia fundamental. O conceito está a ser repensado". Determina-se, assim, um novo rumo. Nas palavras de Camilo Mortágua, "o desenvolvimento tem que concorrer para a felicidade e para a justiça: esse é o Rio de Janeiro." E o que é a felicidade? "A felicidade é, *latu sensu*, que cada pessoa seja menos submetida a outra". Mas isso não convence, não chega. Apresenta-se à assembleia outra proposta, "maior justiça social, é esse o objectivo". Sempre que a reflexão puxa para o domínio do abstracto, insurge-se uma voz que questiona, "será que os modelos de desenvolvimento que nós defendemos, pelo menos os que temos actualmente, são adequados ao cidadão que temos e àquilo que esses cidadãos querem? Será que ouvimos devidamente essas pessoas?". Regina Lopes, da ADICES, acrescenta, em tom de remate, "chego à conclusão, que

nós idealizamos um determinado conceito de desenvolvimento, que é perfeitamente desajustado da realidade das pessoas, enquanto pessoas". Isto porque? "O conceito com que eu comecei a trabalhar, há 11 anos, não é de certeza o mesmo".

Para fugir ao síndrome da impotência e do fatalismo latente, Camilo Mortágua, decide relativizar, "no processo do desenvolvimento nós somos uma peça da engrenagem, o desenvolvimento não começa e termina com a nossa acção". Ninguém diz o contrário. A sessão começou com um apelo à reflexão e ao debate. Depois de um momento de desabafo, instalou-se uma atmosfera propícia à causa. O mestre de cerimónias anunciou o teor do programa e expôs as regras do jogo, "alhear-nos um pouco dos constrangimentos do dia-a-dia e elevarmo-nos para observar de cima". Dissertou-se, assim, sobre o desenvolvimento integrado, o lugar do local/rural, o agente de desenvolvimento local como actor e protagonista "legítimo", etc.

## O exercício de auto-avaliação

O segundo capítulo da acção de Mangualde, orientado por Samuel Thirion, tinha por tema a "Auto-avaliação dos Grupos LEADER". Partiu-se de um exercício, resultante de uma metodologia elaborada no quadro do Observatório Europeu LEADER, já experimentada pelo GAL LEADER irlandês North Cork e adaptada para esta formação pela Célula de Animação. Após a exposição do método, constituíram-se grupos de trabalho, um para a auto-avaliação de cada ADL envolvida. Esta formação decorreu durante dois dias. A tarefa não era fácil e o tempo era demasiado curto. Daí que as quatro associações, apoiadas e incentivadas pelos formadores, tenham decidido constituir um grupo de trabalho para finalizar as auto-avaliações iniciadas e produzir, na base desta experiência, um método de auto-avaliação que poderá vir a ser utilizado pelos outros grupos do universo LEADER português. A elaboração deste produto, integra uma primeira parte dedicada à afinação dos "códigos" (ver artigo sobre os grupos de trabalho).

Rosário Aranha



Oficina de Troca de Experiências da ilha do Pico

# Açores e Madeira **juntam-se para a troca**



Nos dias 7 e 8 de Outubro, as associações LEADER dos Açores e da Madeira estiveram reunidas numa Oficina de Troca de Experiências na ilha do Pico. A reunião de dois grupos de proximidade constitui um facto único na curta história da animação directa da Célula. No caso dos Açores e da Madeira, os grupos mostraram-se interessados nesta fusão "celular" circunstancial. Esta proximidade é, desde já, um factor de riqueza. As associações apresentaram quase todas mais do que uma experiência: positiva e/ou negativa. Registou-se neste encontro a ausência de associações do continente.

"Quem diz troca, é porque vocês têm alguma coisa para trocar. Também é suposto que queiram receber alguma coisa. É uma espécie de negociação, em que há acordo mútuo. Tenho a impressão que nenhum de vocês sabe o que é que o outro tem para dar e portanto também não sabe se há de dar aquilo que tem ou não. Estamos aqui numa espécie de nó que é preciso desatar." Antes do início da negociação, o orientador, Camilo Mortágua, prepara o terreno. Frente a frente estão dois grupos da Madeira e quatro dos Açores, todos instalados no cenário verdejante do Pico.

Dá-se, em primeiro lugar, a palavra à ASDEPR. A experiência fala dos responsáveis do Clube Náutico de Lagoa (São Miguel) que decidem ter uma dupla intervenção junto da comunidade piscatória local. A estratégia passa por atrair os jovens para a prática de desportos náuticos, "arrastando" depois os pais para um projecto de apoio e protecção às actividades piscatórias. A população local, inserida num contexto sócio-económico desfavorecido, mostra-se no princípio reticente a qualquer mudança. O Clube Náutico persiste e proporciona viagens às crianças, assim como participações em provas desportivas. A tática revela-se um óptimo cartão de visita. O terreno está preparado para a próxima abordagem.

O Clube quer contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos pescadores locais. Implementa-se um posto de apoio à segurança marítima, prestando diversos serviços como assistência a barcos em dificuldade, informação meteorológica actualizada e cedência de rádios VHF. Este programa integra também uma vertente formativa, ligada às principais tecnologias de apoio à segurança no mar. Verifica-se uma boa articulação entre o promotor e a ASDEPR, pois mesmo no quadro de actividades não financiadas pelo LEADER, houve vontade de uma parte e outra de manter e ali-

mentar a troca de informações. Resumindo, "dá-se o pontapé de saída num processo que depois consegue uma dinâmica e consegue atrair e conjugar apoios de outros programas." A ideia fez eco, tanto a ADELIAÇOR como a GRATER reconhecem ter zonas no seu território, para onde se poderia transplantar este tipo de experiência.

Aliar jovens e ambiente é uma receita de sucesso. A "Associação da Juventude de Defesa do Património Histórico-Cultural e Natural de São Jorge", pegou numa ave simbólica da ilha, trabalhou com os jovens do ensino básico e secundário, para fazer nascer a "Exposição Itinerante do Cagarro". O objectivo inicial era a sensibilização da população mais jovem para a necessidade de preservar o habitat e proteger uma espécie de ave que nidifica nos Açores: o cagarro. Ao transformar os jovens em interventores directos procura-se um efeito multiplicador em relação à acção ambiental. Esta acção vem precisamente preencher uma lacuna: a educação ambiental nas escolas. Refira-se também que a parceria constitui um elemento chave neste processo: reunindo debaixo do mesmo guarda-chuva: a Associação, a ADELIAÇOR, o IPAMB, a Direcção Regional de Ambiente e, sobretudo, associações e escolas das outras ilhas. Gerou-se uma participação activa dos professores e dos alunos. Não se restringiu a exposição a um único espaço, mas sim seguiu-se o caminho da itinerância. Segundo Luís Miguel Santos, da Associação de São Jorge, "a filosofia do processo de educação ambiental não era para parar." De facto, não parou, pois a exposição, composta por fotografias, um texto de acompanhamento e uma sessão de slides, estava, nesta data, a percorrer as escolas de São Miguel.

## Fazer vingar os valores patrimoniais

O potencial turístico da Madeira não é segredo para ninguém. Também não é segredo que grande parte deste potencial está centralizado no Funchal. Daí a ideia da ACAPORAMA de apoiar a recuperação e adaptação de casas de valor patrimonial local e/ou regional, para o Turismo em Espaço Rural, nomeadamente para o Turismo de Habitação. Resultou no financiamento de 13 casas. Na transição entre o LEADER I e o LEADER II puseram-se 26 casas de pé. Face à inexistência de qualquer tipo de animação no terreno, a associação decidiu completar o projecto turístico. Existe um pro-

duto local ideal, à mão de semear: as veredas e levadas. A acção visa a recuperação, limpeza, sinalização destas riquezas patrimoniais. O turista tem, assim, à sua disposição passeios pedestres. Como os percursos penetram na fauna e na flora da região, era urgente prover a segurança dos visitantes, formando "Guias de Turismo de Montanha". Para completar o quadro só restava mesmo a divulgação. Aqui interveio a componente transnacional da acção. No âmbito do Projecto PACTE, juntamente com entidades das Canárias, Grécia e Itália foram elaborados cartazes e desdobráveis em várias línguas. A ACAPORAMA apresenta-se aqui como dinamizadora do projecto e as autarquias como promotoras.

Um projecto que favorece e dinamiza o contacto entre as populações de um território e uma associação é uma experiência válida. Quando a Câmara Municipal de Ponta Delgada convida a ARDE para participar nas "Festas do Concelho '98", a associação opta por organizar uma Mostra Gastronómica. Dentro do concelho, 18 freguesias mostram-se disponíveis para divulgar as riquezas da sua gastronomia no quadro deste certame. A ARDE reconhece aqui também uma óptima oportunidade de divulgar o LEADER. Por um lado, os contactos estabelecidos para a realização da mostra atingiram muito mais pessoas do que outro tipo de acções de divulgação. E, por outro lado, através da apresentação, no seu stand, de um conjunto de fotografias de projectos apoiados pelo Programa a associação também ficou a ganhar. O sucesso mede-se também pela reunião destas freguesias na mesma iniciativa. Junta-se a isto a vontade de assegurar a continuidade do projecto, assim como a participação de freguesias de Stª Maria e obtém-se uma experiência sólida.

Para ADRAMA, as veredas são "um património a apegar e vender". Com o passar do tempo, elas têm vindo a deteriorar-se. Daí a necessidade de proceder à sua recuperação. Face à dificuldade dos promotores dos projectos em lidar com o assunto, principalmente no que diz respeito à segurança e sinalização dos percursos, a ADRAMA decide intervir. Importa primeiro aferir se existe ou não um código de montanha uniforme. Multiplicam-se os contactos até se bater à porta do Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação (CIMO). Em conjunto com a Direcção Regional de Florestas procede-se à sinalização dum percurso experimental. Em Agosto de 1998, a Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo homologa a rede de percursos sinalizados e compromete-se a divulgá-los. Em Novembro, edita um desdobrável que aguarda a conclusão da sinalização do terreno, antes de ser distribuído. Mais uma vez a proximidade entre o contexto açoreano e madeirense é invocada, fala-se numa rede temática, assim como na formação de uma equipa regional, especializada na sinalização de circuitos pedestres. O facto é que do lado dos Açores este tipo de actividade ainda apresenta uma falta de enquadramento e organização.

O último grupo a querer trocar as suas experiências foi a GRATER. A história passa-se à beira mar, numa baía "lixreira". Apesar da degradação, a população continua a utilizar o sítio como um espaço de lazer. O apoio da GRATER permite que a Junta reabilite a zona. Procede-se à limpeza da área, à criação de uma piscina natural e de um espaço de lazer e convívio. Note-se também que parcelas de terreno foram doadas à Junta de Freguesia. A própria população apropriou-se, assim, da preocupação pela preservação do ambiente. Entretanto a GRATER, de acordo com a sua filosofia, também teve o cuidado de "não chocar o ambiente, mesmo a nível das construções e das recuperações, usam-se materiais locais".

A Oficina do Pico fechou-se, excepcionalmente, sem temas acordados para a acção de formação, terceira etapa da animação. Levantaram-se algumas questões, mas nada ficou acertado.

Rosário Aranha



## OS GRUPOS DE TRABALHO:

# Flexibilidade e adaptação às necessidades da rede

Inicialmente previstos para "preparar material pedagógico, capitalizar experiências, constituir grupos de competência e criar pontes entre o meio da investigação, o Ministério e as ADL", os grupos de trabalho revelam-se, ao fim de nove meses de actividade da Célula, uma figura de grande importância que, pela sua flexibilidade, permite facilmente responder às diversas necessidades emergentes da rede LEADER. À luz da experiência de quatro grupos de trabalho já terminados, em funcionamento ou em via de constituição, eles aparecem como uma actividade chave para o reforço das competências das ADL, para o fortalecimento da rede LEADER e para a plena valorização dos resultados do Observatório Europeu LEADER. Fazemos aqui o ponto da situação do que foram, são ou serão estes quatro primeiros grupos de trabalho.

### Primeiro GT: Contributo do LEADER para uma política nacional de desenvolvimento rural

Criado na sequência do seminário organizado pela Vincentina no 10 de Abril 1999, este primeiro GT funcionou nos meses de Maio e Junho com o objectivo de produzir um documento que sintetizasse a experiência, o conhecimento e a posição comum das ADL sobre este tema.

Uma característica notável deste grupo de trabalho foi o facto de ter mobilizado a totalidade das ADL LEADER do País através das Comissões Locais de Acompanhamento: após a primeira reunião, o grupo funcionou com um representante de cada CLA, tendo o documento final sido discutido nas várias Comissões, com excepção do Alentejo e Açores onde não foi possível organizar uma reunião neste período e onde foram as próprias associações a apresentar as suas observações ao grupo de trabalho.

Este documento (publicado no número 0 de «Pessoas e Lugares») foi apresentado formalmente pelas ADL ao Senhor Secretário de

Estado do Desenvolvimento Rural e é hoje um documento de referência sobre o tema.

Este grupo funcionou paralelamente à existência de actividades realizadas sobre o mesmo tema noutros países da União Europeia (organizados no quadro das outras Unidades Nacionais de Animação LEADER) e de um trabalho realizado ao nível do Observatório Europeu LEADER que se concretizou nos seminários de Gesves e Valência.

### Segundo GT : Ganhar competências pela auto-avaliação

No prosseguimento da primeira acção de formação realizada no quadro das actividades da Célula, em Mangualde, nos dias 20, 21 e 22 de Setembro de 1999, sobre os conceitos de desenvolvimento e a auto-avaliação, foi constituído um grupo de trabalho sobre o tema "ganhar competência pela auto-avaliação". Os objectivos deste segundo grupo de trabalho são:

- continuar o trabalho iniciado na sessão de formação em Mangualde, nomeadamente a auto-avaliação das quatro ADL: ADD, ADDLAP, AD ELO e ADICES.
- Afinar a metodologia de auto-avaliação dos grupos LEADER, proposta pela Célula de Animação na base do trabalho realizado ao nível do Observatório Europeu LEADER sobre este tema, e produzir uma metodologia específica para as ADL em Portugal;
- Preparar um seminário que será realizado no final de Março de 2000 sobre este tema para apresentação dos resultados do grupo de trabalho, tanto a nível local - permitindo confrontar os resultados da auto-avaliação com os parceiros de cada ADL e os actores locais - como a nível nacional para uma divulgação ampla e um debate sobre o interesse dessa metodologia para outras ADL.

As actividades deste segundo grupo de trabalho, composto pelas pessoas que participaram na formação do mês de Setembro, foram até ao momento as seguintes:

- dias 18 e 19 de Outubro, realizou-se em Mangualde uma primeira sessão de trabalho para afinar os conceitos de base utilizados na auto-avaliação, o que permitiu completar os documentos apresentados na formação
- dia 11 de Novembro uma segunda sessão de trabalho permitiu acertar a metodologia, na base do trabalho já realizado.

Pretende-se agora finalizar quatro documentos de base: um documento metodológico da auto-avaliação, um guia, um léxico e um documento de recomendações sobre as articulações entre os diversos níveis de avaliação: auto-avaliação a nível local, avaliação a nível nacional e a nível europeu. Paralelamente, vai continuar a auto-avaliação das quatro associações, utilizada como teste à metodologia elaborada.

Pretende-se, depois, propor aos grupos LEADER a nível nacional um método que, utilizando os mesmos conceitos e as mesmas referências entre as diversas ADL, permita consolidar os resultados e passar da auto-avaliação local à auto-avaliação conjunta a nível regional ou nacional. Este método poderá inclusivamente ser objecto da produção de um CD-Rom, facilitando assim a sua divulgação e utilização ao nível dos grupos LEADER.

A anteceder o próprio seminário em que serão apresentados os resultados deste trabalho, haverá um caderno temático produzido pelo grupo (a publicar num próximo número do jornal) que permitirá fazer uma primeira divulgação.

### Terceiro GT: Engenharia financeira e novos instrumentos de financiamento

Tendo em conta a importância do tema que foi tratado no seminário de Castelo Branco, foi decidido no próprio seminário a constituição de um grupo de trabalho que se irá debruçar sobre esta questão fundamental (ver o artigo sobre esta questão publicado no número 2 de Novembro 1999 de "Pessoas e Lugares").

O grupo está constituído por técnicos das seguintes ADL: José Sousa Guedes da Ader-sousa, João Carlos Pinho e Maria Lurdes da Adrimag, Teresa Alvernaz da Asdepr, Leonel Vaz da Corane, José António Sales Gomes e Carla Gamboa da Raia Histórica, Clara Ramos da Rude e Pedro Saraiva da Tagus. A Pinhal Maior também disponibilizou um técnico bancário em caso de necessidade. Faz parte igualmente do grupo um representante do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Guilherme Lewes.

O grupo de trabalho realizou várias reuniões durante o mês de Novembro:

- Numa primeira reunião em Viseu a 4 de Novembro, definiram-se os objectivos do grupo de trabalho e os termos de referência do estudo a realizar. Também se preparou durante esta reunião uma entrevista que João Carlos Pinho ia ter com a Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua.
- Durante uma segunda reunião realizada em Coimbra a 12 de Novembro, a análise dos resultados da entrevista e da investigação realizada pelo João Carlos Pinho permitiram verificar que as experiências e a legislação criada em Portugal para fundos de garantia não corresponde às necessidades do desenvolvimento local em meio rural. Há, portanto, que se procurar outra via, provavelmente sobre forma associativa, aproveitando as margens de manobra que deixa a legislação geral e procurando ulteriormente um quadro legal mais adequado, da mesma forma que em Itália ou em França os grupos LEADER fizeram estruturas de engenharia financeira a nível local e encontraram depois o aval da administração regional ou nacional. Chegou-se,

portanto, à conclusão da necessidade de ter um urgente contacto com o Ministério da Agricultura para conhecer o interesse do mesmo em avançar neste sentido. Também se analisaram nesta reunião os termos de referência do estudo preparado pelo Leonel Vaz e osé Sousa Guedes, validados pelo grupo.

- No mesmo dia, à tarde, organizou-se uma reunião na qual estavam convidadas a participar todas as ADL LEADER (19 ADL estavam presentes). O objectivo desta reunião era dar conhecimento às ADL que não estiveram presentes em Castelo Branco os principais resultados do seminário ali realizado, assim como os primeiros passos e resultados do grupo de trabalho e conhecer o seu interesse em participar neste processo. Nomeadamente, havia que avaliar o interesse das ADL em apoiar o estudo que está a ser preparado. Ficou decidido pela totalidade das ADL presentes nesta reunião:

> O Grupo de trabalho elaborará um primeiro documento, a partir dos elementos de que já dispõe, a enviar a todas as ADL para obter o seu contributo e agendar, o mais brevemente possível, um encontro com o Ministério para conhecer a sua posição na base do documento apresentado;

> por outro lado o estudo a realizar seria da responsabilidade da Federação das ADL, com o apoio do Grupo de Trabalho, que encabeçará o processo a partir do momento em que exista uma Comissão Instaladora, previsivelmente a partir de 5 de Dezembro. Também se chegou à conclusão que boa parte do estudo a realizar, tal como está definido nos termos de referência (ver quadro junto), pode ser realizado por pessoas do próprio grupo de trabalho.

### Quarto GT: Rede de correspondentes para a Agência de Informação sobre o mundo rural

A montagem de uma Agência de Informação sobre o Mundo Rural é uma das actividades prevista para a Célula de Animação e é um elemento fundamental tanto para consolidar a comunicação dentro da rede LEADER, como para divulgar informações provenientes do mundo rural junto do grande público. Dada a importância destes objectivos, e de acordo com o seu programa de trabalho, a Célula de Animação pediu aos grupos LEADER a indicação de uma pessoa que possa funcionar como correspondente local para as acções de informação da Célula. O conjunto destes correspondentes funcionará como um grupo de trabalho que terá em breve uma primeira reunião para definir métodos de trabalho e discutir formas de intervenção.

Caso se revele oportuno para os participantes, poderá ser lançada uma acção de formação nesta área.



Grupo de trabalho sobre novos instrumentos financeiros

# Termos de referências sobre o estudo a realizar

## 1. Introdução

As Iniciativas Comunitárias LEADER I e II (Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural) permitiram às zonas rurais experimentar abordagens endógenas e locais, frequentemente inovadoras, do desenvolvimento local. A experiência adquirida indica a pertinência desta abordagem, que permitiu aos agentes e aos territórios rurais valorizar as suas próprias potencialidades, no contexto de uma política global de dinamização do desenvolvimento rural.

A iniciativa LEADER diz respeito aos territórios de dimensão restrita com uma forte identidade: micro-regiões, vales, "pays", núcleos populacionais, etc.. Nesses territórios a iniciativa LEADER assenta numa participação activa das populações locais, das empresas, das associações e das colectividades. A aposta do LEADER é a iniciativa local, ou seja, a capacidade dos agentes económicos e populações locais inventarem e empreenderem conjuntamente uma estratégia de desenvolvimento (sob a forma de plano) coerente para a zona abrangida, numa abordagem ascendente que estimula as iniciativas e as inovações com efeitos sustentados.

No âmbito das Iniciativas Comunitárias LEADER I e II foram concedidas ajudas comunitárias sob a forma de subvenções globais a fim de permitir a execução, pelos agentes rurais, dos planos de desenvolvimento.

A Comissão das Comunidades Europeias decidiu assegurar a continuação das duas iniciativas atrás referidas através da iniciativa LEADER+ que visa incentivar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas e de grande qualidade, cujo objecto seja a experimentação de novas formas de valorização do património natural e cultural; de reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho; e de melhoria da capacidade organizacional das respectivas comunidades.

Considerando que a nova Iniciativa Comunitária LEADER+ completará os programas de "mainstream", incentivando abordagens integradas concebidas e postas em prática por parcerias activas que operem à escala local, e que o seu objectivo consistirá em incitar e apoiar os agentes rurais a reflectir sobre o potencial dos respectivos territórios numa perspectiva de mais longo prazo;

Considerando que deve haver um maior comprometimento e empenhamento de todos os agentes locais no processo de desenvolvimento das suas zonas;

Considerando que uma das grandes dificuldades de todos aqueles que querem pôr em prática as suas boas ideias e projectos, devido a não terem património ou capital próprios, é o acesso ao crédito;

Considerando que as principais causas pela não rentabilização, má execução e, conse-



quentemente, fracasso de projectos desenvolvidos a nível local são os juros cobrados pela banca e o não acompanhamento técnico desses mesmos projectos;

Considerando que é necessário introduzir alterações comportamentais dos promotores de projectos face à forma do tipo de apoio para desenvolvimento dos mesmos e face ao futuro próximo de diminuição de ajudas comunitárias;

Considerando o exemplo de entidades gestoras das Iniciativas Comunitárias LEADER I e II de Itália e França relativamente à forma como apoiaram, quer a nível técnico quer a nível financeiro, projectos e acções de desenvolvimento local;

Considerando que o novo regulamento do FEOGA permite co-financiar a participação dos Estados-Membros na constituição ou no reforço dos fundos de garantia.

Considerando que o espaço comunitário em breve será alargado e que o III Quadro Comunitário será provavelmente o último em

que Portugal receberá fundos para apoiar projectos e acções de desenvolvimento local;

As Associações de Desenvolvimento Local, gestoras do Programa LEADER, reputam de grande importância as experiências realizadas quer em França quer em Itália, e consideram que em Portugal, e no âmbito do LEADER +, deve ser iniciado, desde já, um processo conducente à implementação, entre nós, de formas de financiamento e /ou garantia de créditos idênticas.

Nesse sentido, e como primeiro passo, foi decidido mandar elaborar um estudo de viabilidade jurídica, económica e financeira para a constituição de um Fundo De Garantia e /ou Concessão de Crédito, de acordo com o seguinte Caderno de Encargos.

## 2. Caderno de Encargos

### 2.1 Objectivos

#### 2.1.1 Objectivos gerais.

Pretende-se que seja elaborado um estudo de viabilidade jurídica, económica e financeira para a criação de um fundo, auto-sustentado e com garantia de continuidade, para garantir ou conceder créditos para financiamentos a pequenos promotores.

O estudo em questão deve apresentar diferentes alternativas, quer em termos jurídicos, quer em termos de áreas geográfica, quer em termos de financiamento.

Um aspecto importante a considerar na elaboração é de que a sua viabilidade não será vista apenas pela óptica dos resultados financeiros.

Tendo em consideração alguns factores condicionantes, já conhecidos, impostos quer pela legislação quer pelas regras de funcionamento o estudo deve:

Enquadrar-se numa perspectiva de Desenvolvimento Local/Rural

Enquadrar-se nas elegibilidades dos regulamentos dos fundos estruturais

Permitir um vínculo das ADLs na estrutura a criar

Permitir alargar-se a novos parceiros e/ou entidades públicas e privadas, com eventuais propostas de benefícios fiscais ou outros para as entidades contribuintes

#### 2.1.2 Objectivos específicos

Em termos bem concretos e bem definidos, o estudo deve responder às seguintes questões

- 2.1.2.1 Forma jurídica mais aconselhada
- 2.1.2.1.1 Sociedade por Quotas
- 2.1.2.1.2 Sociedade Anónima
- 2.1.2.1.3 Cooperativa
- 2.1.2.1.4 Associação
- 2.1.2.1.5 Outras sem enquadramento legal

Pretende-se que sejam analisadas as várias possibilidades, com a indicação das vanta-

gens e desvantagens de cada uma. Poderá mesmo ser encontrada uma nova forma, sem enquadramento jurídico legal, mas que, caso seja a mais conveniente, possa vir a ser solicitada a sua criação ao legislador.

#### 2.1.2.2 Âmbito da Entidade

- 2.1.2.2.1 Local
- 2.1.2.2.2 Regional
- 2.1.2.2.3 Nacional

Pretende-se saber quais as vantagens e desvantagens de cada uma das opções, e a possibilidade da criação de uma entidade federadora das várias entidades locais e/ou regionais se a opção for por uma entidade local ou regional.

Pretende-se ainda saber, para as opções 1 e 2, qual a área mais aconselhável, tendo em conta a especificidade de cada zona de intervenção das Associações Leader.

#### 2.1.3 Ligação às Associações de Desenvolvimento

- 2.1.3.1 Integrada ou não integrada.
- 2.1.3.2 Com autonomia administrativa e financeira
- 2.1.3.3 Sem autonomia

#### 2.1.4 Valor mínimo/máximo do fundo

#### 2.1.5 Valor máximo a aprovar por projecto

#### 2.1.6 Taxa de cobertura do risco

#### 2.1.7 Período de reembolso dos capitais

#### 2.1.8 Modalidades de reembolso

- 2.1.8.1 Com carência
- 2.1.8.2 Sem carência
- 2.1.8.3 De uma só vez
- 2.1.8.4 Em mensalidades
- 2.1.8.5 Em anuidades

#### 2.9 Taxa de juro máxima a suportar pelo Fundo

#### 2.10 Como financiar o Fundo

#### 2.11 Percentagem afecta à cobertura e percentagem afecta ao pagamento de juros e funcionamento.

#### 2.12 Montante máximo global dos empréstimos a conceder (gearing ratio)

#### 2.13 Impacto na economia local ou regional

Este apontamento não tem a pretensão de esgotar as questões que se levantam à aplicação da engenharia financeira no âmbito do III QCA e do LEADER +, mas tão somente de servir como base de trabalho. Fica assim aberto à introdução de novas questões que possam surgir.

Algumas destas questões serão, desde já, objecto de análise do grupo de trabalho.



# Encontro de Proximidade do Centro

## Proximidade

Uma das dificuldades que frequentemente se coloca aos geógrafos é a de definir regiões. Também definir uma região para dar nome a mais um encontro de proximidade, não se revelou tarefa fácil.

Desde logo, a tentação de seguir a antiga divisão provincial, com a qual a maioria das pessoas estão ainda identificadas, foi grande. Mas havia um problema: um dos grupos, a Pinhal Maior, não se encaixa na região da Beira Litoral, onde todos os outros cabem, mas na Beira Baixa. Isto de acordo com a tal antiga divisão, porque já na divisão administrativa do Ministério da Agricultura, a Pinhal Maior aparece na Beira Interior.

Perante a diversidade de divisões propostas, ficou este encontro a chamar-se Encontro do Centro.

A Terras de Sico – Associação de Desenvolvimento, recebeu no dia 10 de Novembro, as associações Adae, Adiber, Dueceira, e Pinhal Maior para a realização do 8º Encontro de Proximidade da Célula de Animação LEADER II. Isto, depois da equipa da Célula de Animação dedicar os dois dias anteriores a visitar as associações nas respectivas sedes, tentando conhecer melhor os técnicos que as compõem e o que vêm fazendo.

Depois das boas-vindas, o coordenador da associação anfitriã – Terras de Sico, Carlos Graça, deu início aos trabalhos com a apresentação de um dos projectos de maior impacto apoiado pela associação no âmbito do Programa LEADER II: a construção e apetrechamento de uma unidade de produção e comercialização de queijo com Denominação

de Origem Protegida – o queijo Rabaçal. Um projecto que nasceu na primeira fase do programa e que vai de encontro à estratégia da associação, que é a valorização dos produtos locais. O promotor responsável é uma cooperativa de produtores de queijo Rabaçal que aglutina os interesses e a produção de leite de vários produtores da região que vêm assim solucionados os problemas de escoamento e comercialização. Por outro lado, o queijo Rabaçal juntamente com o mel da Serra da Lousã e os vinhos da sub-região Terras de Sico, e outros produtos de grande valor, constituem o chamado "Cabaz Terras de Sico", destinado a promover a região.

Um projecto que parece ter despertado a curiosidade dos técnicos das outras associações presentes que não se coibiram de fazer perguntas. Felizmente, a técnica que acompanha este projecto no terreno pôde estar presente para responder, com bastante vontade, aos mais curiosos.

A Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, cuja zona de intervenção se caracteriza por uma grande mancha florestal, sobretudo Pinheiro bravo, levou até este encontro uma experiência onde a cooperação com um grupo da Suécia veio a redundar numa invenção. Depois de uma viagem à Suécia, país com uma longa tradição na exploração florestal, um empresário local desenvolveu, com o apoio do LEADER, uma máquina de abate, desfolhamento e corte de troncos de árvore recorrendo à tecnologia nacional já existente. Uma solução com custo reduzido, e de fácil aprendizagem que veio agradar aos produ-

tores da região. Filipa Ramos e Augusto Nogueira, os dois (e únicos) técnicos do GAL da Pinhal Maior, a primeira com funções de coordenadora, apresentaram ainda um exemplo de uma acção cujos resultados não foram os esperados. Na altura em que foi pensada, a acção tinha por objectivo criar um Guia do Investidor, sob a forma de livro e CD-Rom, actualizado de informação e divulgação que servisse de suporte para a dinamização e implementação de pequenas e médias empresas no Pinhal Interior Sul. Atrasos sucessivos levaram ao aparecimento deste guia numa altura em que pouco ou nada servia aos seus potenciais utilizadores.

Maria do Céu Marques e Ana Souto da Dueceira – Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça/ELOZ, apostaram na apresentação de um projecto que se subdivide em dois: um Parque de Campismo Rural e um Centro de Formação de Dirigentes (escuteiros). Num espaço, apoiado pelo LEADER ao nível das infraestruturas e equipamentos, faz-se o acolhimento aos jovens acampados e presta-se apoio a várias entidades.

O coordenador do GAL da Adiber – Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra, fez-se acompanhar pela técnica da associação responsável pelo projecto que decidiram apresentar no encontro. A Quinta do Baião, com 16 hectares, está situada à entrada de Góis, e foi adquirida pela associação com o objectivo de aí desenvolver vários projectos. Do alojamento turístico ao artesanato, passando pela criação de um museu, tudo foi pensado. A ideia é que cada projecto seja "agarrado" por um promotor diferente e todos, em conjunto, consigam pôr de pé este grande projecto. Ao fazê-lo a Adiber procura valorizar os produtos locais, nomeadamente através da criação de uma queijaria e uma salsicharia, e criar emprego, formando jovens nas várias áreas que o projecto abrange. Miguel Ventura salientou o facto de se tratar de um projecto integrado e articulado, uma vez que os promotores podem recorrer ao LEADER ou outros programas. O que interessa é que todos concorram para os mesmos objectivos.

Para fechar as apresentações dos projectos, a Adae – Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, pegou num dos elementos da identidade da região – os moinhos, para falar da Rede dos Moinhos da Beira Litoral. Depois de restaurados, os moinhos funcionam como importantes pólos de animação da região. Por realizar ficou um projecto que visava o fabrico de aguardente de frutos.

Muito mais se disse neste encontro mas serão estas as ideias que vão seguir para a Oficina de Troca de Experiências, o próximo passo da Célula de Animação com estes cinco grupos do Centro, e cuja data e local já ficaram definidos: 16 e 17 de Fevereiro do ano 2000 em Góis.

P.S.





### REPORTÓRIO DE ACÇÕES INOVADORAS DE MULHERES

Um dos produtos da Célula é o Repertório de Acções Inovadoras promovidas por mulheres, que prevê a inclusão de cerca de 50 fichas que possam servir como referência de boas práticas de iniciativas inovadoras de mulheres. Como referimos em carta dirigida aos Grupos LEADER, o conceito de inovação sendo relativo, os projectos poderão ser inovadores ou conter elementos de inovação do ponto de vista do contexto sócio-económico local. A inovação poderá também residir na forma organizativa ou de gestão, na capacidade de articulação ou complementaridade com outras acções, na estratégia de comunicação adoptada, ou em qualquer outro elemento considerado pertinente desse ponto de vista.

Serão também considerados para além dos projectos de criação de empresas (serviços de proximidade, 'micro' empresas de produção e transformação, etc.), projectos de expansão de empresas já existentes, projectos de auto-emprego, e projectos em áreas

não-económicas (por exemplo acolhimento voluntário de crianças, projectos culturais) que contribuam de forma determinante para a revitalização e reforço dos laços sociais nas áreas de intervenção.

Pretende-se com este dossier dar a conhecer iniciativas, mutualizar experiências, para que eventualmente se possam também equacionar as condições de transferência, mas também identificar os principais obstáculos (institucionais, culturais, etc.) ao desenvolvimento destas iniciativas e à maneira de os ultrapassar. Uma outra função do repertório é servir como guia de iniciativas permitindo assim uma mais ampla divulgação das mesmas.

Mais que recolher informações que permitam o diagnóstico das iniciativas, procura-se, pela partilha de experiências, fomentar dinâmicas de promoção de iniciativas e, paralelamente, pelo reconhecimento dos projectos inovadores, estimular a confiança e entusiasmo das promotoras. Importa conhecer o

interesse social, económico e individual do desempenho destas promotoras como ponte para futuras iniciativas de mulheres.

Recebemos até ao momento cerca de 40 fichas que nos apresentam projectos que vão do turismo rural à produção hortícola biológica, artesanato, produção de papel, promoção e certificação de produtos regionais e que provam bem a vitalidade de projectos empreendidos pelas mulheres em zonas rurais, bem como a sua capacidade de gerar emprego (tanto para homens como para mulheres) e de contribuir, ao lado das ADL, para a criação de dinâmicas de desenvolvimento na região.

Resta-nos fazer um apelo às associações que ainda não responderam para que nos enviem, o mais brevemente possível, os questionários. Sem isso, o Repertório não poderá ser enriquecido pelos projectos desenvolvidos em todas as Zonas de intervenção LEADER.

## Agenda da Rede



Rosário Araújo

### II FEIRA DE ARTESANATO E PRODUTOS LOCAIS ESTRELA-SUL

8 a 12 de Dezembro

A ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul organizou no Pavilhão Multiusos de Cortes do Meio, de 8 a 12 de Dezembro, a II Feira de Artesanato e Produtos Locais Estrela-Sul. Uma iniciativa LEADER com o apoio de várias entidades locais.

### O MUNDO RURAL E AS SUAS EXPRESSÕES SÓCIO-CULTURAIS

Dezembro

Numa iniciativa conjunta da ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local e da ETNIA – Iniciativas Culturais, decorrerão em Caminha durante o mês de Dezembro várias actividades relacionadas com o mundo rural e as suas expressões sócio-culturais. Entre as acções em preparação incluem-se uma exposição-feira de produtos do mundo rural, na sede da ETNIA, Travessa de S. João, 9; um ciclo de colóquios sobre Desenvolvimento Local com a participação de especialistas, dirigentes associativos e representantes de órgãos oficiais de Portugal e da Galiza, e uma mostra de actividades

e produtos de quatro ADL, seleccionadas com base em critérios de boas práticas, representatividade regional e diversidade de ramo de actividades (na Galeria Municipal).

A ADRIMINHO colabora nesta iniciativa, dinamizando vários espaços com os produtos locais e projectos por si implementados, bem como nos debates sobre desenvolvimento local durante a 3ª semana de Dezembro.

Mais informações poderão ser obtidas junto da Animar ou Tel. 213978794 (Carla Ligeiro) e Tel. 213951415 (Catarina Travanca).

### ASSINATURA DO CLUB BIO RED

17 de Novembro

Os presidentes da ATAHCA e ADRA-MA, de Portugal, e Oriente de Asturias, Ader La Palma e Sierra de Las Nieves, de Espanha, assinaram no passado dia 17 de Novembro, em La Palma, a constituição do CLUB BIO RED.

Trata-se de um projecto de cooperação transnacional entre associações LEADER que têm na zona de intervenção espaços naturais protegidos de alto valor natural e cultural. O CLUB BIO RED pretende difundir e promover estes valores e os produtos e serviços vinculados à cultura e tradições de cada uma das regiões através das novas tecnologias de informação, Internet e correio electrónico.

No segundo semestre do ano 2000, a ATAHCA receberá a delegação do CLUB BIO RED para mais um encontro desta cooperação, cujos primeiros passos foram dados há mais de um ano.

### II FEIRA DOS PRODUTOS DA TERRA

1 a 5 de Dezembro

Decorreu, do dia 1 ao dia 5 de Dezembro, a II Feira dos Produtos da Terra, em

Macedo de Cavaleiros. Uma feira, onde, para além dos produtos locais, o artesanato e a animação também estiveram presentes.

### ENCONTRO DE GERAÇÕES

1 de Dezembro

Aconteceu no passado dia 1, no Parque Municipal de Exposições em Macedo de Cavaleiros, a festa final dos vários encontros de idosos, jovens e crianças do concelho realizados durante os meses de Verão na barragem do Azibo. Um acontecimento integrado nas actividades do Projecto ESTEVA (Espaços de Socialização e Transição para o Enquadramento na Vida Activa) e da Agenda Cultural, edição especial 99.

### VIDEO E CD DO XVI ENCONTRO DE GRUPOS CORAIS

11 de Dezembro

No passado dia 11 de Dezembro foi lançado o vídeo e o CD do XVI Encontro de Grupos Corais, em Montoito. Paralelamente teve lugar uma palestra que teve como orador principal o Dr. Baltazar Caeiro sobre a importância dos montes alentejanos no contexto dos Centros Rurais. A organização deste evento esteve a cargo da ADL Aliende.

### FEIRA DO CAPÃO

13 de Dezembro

A Feira de Freamunde realizou-se a 13 de Dezembro de cada ano, na Vila com o mesmo nome, em Paços de Ferreira. Trata-se de uma feira com uma tradição de séculos onde se pode comprar de tudo mas que ganhou fama e popularidade graças ao capão. A tal ponto que hoje é mais conhecida por Feira do Capão. Dizem que a carne deste frango capado é mais tenra e, quando assada, adquire uma sabor inigualável.

Este ano, pela enésima vez, a Feira do Capão, voltou a acontecer. No dia 12, à noite, teve lugar um concurso de confecção de capão, e por isso oportunidade para experimentar não falta.

### MONTE – BALANÇO DE UMA INICIATIVA LOCAL

16 de Dezembro

Decorreu no passado dia 16 de Dezembro pelas 16h no Cineteatro de Arraiolos, uma apresentação dos principais aspectos que assumiu a execução do Leader II na Região do Alentejo Central. Trata-se de uma actividade que reveste o carácter de balanço, mas que também se pretende que venha a ser um espaço de reflexão para futuras pistas de concepção da nova iniciativa Leader + no Alentejo Central.

### "O NOSSO AMBIENTE"

Grândola

A ESDIME está a realizar um conjunto de iniciativas de sensibilização ambiental no âmbito do projecto "O Nosso Ambiente", financiado pelo Programa LEADER, junto da população dos concelhos do Alentejo Sudoeste. A última aconteceu no passado dia 8 de Novembro na feira mensal de Grândola.

### CARTÃO "SOLARES DE PORTUGAL"

Ponte de Lima

A Turihab – Solares de Portugal e o Banco Espírito Santo lançaram um cartão que dá direito a 20% de desconto no alojamento nas casas desta rede de turismo de habitação. A cerimónia decorreu nos Paços do Concelho de Ponte de Lima em finais de Novembro, e serviu também para o lançamento do livro "Solares de Portugal" e do CD Rom "Percurso de Descoberta".





Francisco Botelho

## Um **sonho** construído no Algarve...

"Ainda hoje comentava com a minha mulher, ao almoço, que daqui até podemos ver os barcos ao longe". Quem o afirma é o José de Sousa, anfitrião em sua casa, na serra algarvia. Facto que podemos confirmar por nós próprios. No cimo de um dos cabeços da serra, no Vale do Grou, vizinha de um marco geodésico, a casa permite dominar uma larga paisagem de serra arborizada, com um ou outro casal salpicado. E lá ao fundo, para o poente, uma língua azul levamos até ao Atlântico, onde os barcos passam, de quando em vez...

Chegar aqui não é fácil, por caminhos municipais de terra batida, deixada para trás a Borda, no concelho de Aljezur. Chegar aqui não foi fácil para o casal de ceramistas José e Sabine de Sousa. Para trás ficaram anos de esforço e de sonho, de luta e de fé. Hoje, dominando um pequeno pedaço da serra algarvia, construída grande parte do sonho, é altura de sedimentar as conquistas para começar a sonhar mais futuro.

A casa recebe-nos num retemperador café, a meio da manhã. A sala faz-se notar pela construção em madeira. E José de Sousa faz questão de acentuar que foi ele e um amigo que a construíram. Mais o amigo do que ele, ajudante para toda a obra e mestre nas indicações. Uma casa construída pelo próprio, como deveriam ser todas as casas. Uma casa onde se vislumbra a alma dos proprietários, marcada pelo cunho artístico que lhe impuseram e impõem ao habitá-la.

José e Sabine de Sousa conheceram-se através da cerâmica. Ele, natural de Moçambique, estudou por Lisboa, com a secreta aspiração de vir a ser veterinário. Mas as médias altas exigidas para a admissão ao curso impediram-lhe o sonho. Daí ter corrido às Finanças, vindo a ser colocado no Algarve em 1981. Não era essa, declaradamente, a forma como queria ganhar a vida. A sua vocação tinha que ver com a terra, e chegou a equacionar a hipótese de se dedicar à agricultura. Mas as perspectivas eram pouco animadoras, os condicionalismos da produção e da comercialização agrícola não o entusiasmavam. Aos 19 anos, tivera nos Estados Unidos, oportunidade de frequentar aulas de iniciação à cerâmica. Em Lagos, como funcionário das Finanças, começou a frequentar um atelier de Cerâmica. Atelier onde veio a encontrar Sabine. Ela, alemã, com formação académica em cerâmica, resolveu um dia demandar o sul, o calor e o sol, na secreta esperança de aqui conseguir desenvolver o seu trabalho. Começou a trabalhar no atelier que José de Sousa também

frequentava e tornou-se sua companheira, na profissão e na vida. Em 1988 decidem montar atelier próprio em Lagos. E dar início a uma vida difícil como são todas as vidas que se assumem em sonhos. Ser-se ceramista não é fácil, a comercialização dos produtos é sempre a fase mais difícil. Mas o Algarve tem uma permanente rotação de visitantes e um mercado privilegiado para a venda de produtos artísticos. E hoje, a comercialização da sua obra não é já problema para José e Sabine de Sousa. Encontraram em Lagos uma pequena casa onde puderam instalar em 1990 uma loja, a Olaria Nova. Quem passa na rua é apenas uma porta, ladeada por dois painéis de cerâmica da sua autoria. Lá dentro, por um labirinto de espaços, está exposta a sua produção. Que vai das pequenas às grandes peças, um pouco para todas as bolsas. E o público, enfeitado, não pára de comprar, garantindo a manutenção de uma actividade empresarial que já vai em 5 postos de trabalho.

Tudo isto nos conta José de Sousa, que não deixa de mostrar o seu orgulho quando refere ser responsável pela subsistência de cinco pessoas. Jovens que, com o fruto do seu trabalho já compram carro e casa. E a comprová-lo, explica-nos que o telefonema que acabara de receber era de um dos empregados, a comunicar-lhe a marcação da escritura de compra de uma casa. Jovens que foram formados na sua própria oficina, através de um Curso apoiado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Mas nem todos os formandos aderem à ideia de ganhar a vida a transformar o barro. Muitos deles preferem empregos socialmente mais credenciados, como o trabalho nos supermercados ou na actividade turística. Questões culturais que José de Sousa refere com alguma pena.

Ao lado da casa, numa zona totalmente liberta de esteira como prevenção contra os incêndios, flagelo da zona, fica o atelier de cerâmica. Moderno, espaçoso, funcional. Apoiado pelo Programa LEADER da Vicentina, permite desenvolver todas as fases de produção. No meio de peças em bruto, vamos vendo a produção do casal, desde as peças em série até aos originais. E ensaiando fotografias. De repente, José de Sousa mostra-se preocupado. Tem o forno carregado e a funcionar. Com a conversa esqueceu-se de controlar as temperaturas, que regista meticulosamente num caderno. Dá instruções aos seus colaboradores para que façam eles o controle. Não será desta que se estraga a fornada.

O principal destino do seu material é a loja de Lagos. Agora, cada vez fazem menos fei-



Francisco Botelho



Francisco Botelho

ras. Mas o seu trabalho não deixa de ser referenciado e, em 1995 obteve o Prémio Nacional de Artesanato, na categoria de Cerâmica Moderna. E mostra-nos, orgulhoso, um calendário do IEFP em que, a par de grandes ceramistas portugueses como Almada e José Resende, aparece a sua produção premiada. Prémio que dá nomeada e que lhe permite produzir, cada vez mais, painéis cerâmicos decorativos. E hoje a sua produção está patente em inúmeras casas no país e no estrangeiro, representando a produção de painéis cerâmicos cerca de 20% da produção total.

A projecção da sua obra vai-se afirmando a pouco e pouco e, para isso, também contribuiu a participação, a convite do Instituto de Emprego, em Feiras de Cerâmica realizadas em Florença e Milão. Foi em 1998 e o convite foi renovado para o próximo ano, desta vez para uma feira realizada em Milão.

Cá fora, contemplando os cerca de 4 hectares de terreno que possui, os seus domínios, atrevem-se a falar em novos sonhos. Como o de construir instalações que lhes permitam alojar estagiários em cursos de verão de cerâmica. Gente que vinda da Alemanha ou de outros países europeus, possa beneficiar do clima paradisíaco do Algarve e, ao mesmo tempo, frequentar estágios com artistas de nomeada, convidados para os enquadrar. Um sonho que terá de esperar, porque esta é uma fase em que é preciso consolidar as conquistas obtidas até agora. O barco começa a ser muito grande, há que garantir a sua estabilidade. E a velha costela de homem das finanças, mesmo que renegada, não deixa de incentivar ao bom senso e à cautela.

Francisco Botelho



## Anima-se para quê ?

Com a aproximação das festas de Natal e Ano Novo, que a todos desejamos alegres e promissoras dos futuros desejados, o ritmo das reuniões e sessões de trabalho junto dos Grupos LEADER tende a abrandar.

Este muito relativo abrandamento incita-nos a reflectir sobre o sentido e o modo da nossa acção.

Ao fazê-lo, surgem-nos sempre muitas dúvidas, muitas questões para as quais sentimos que ainda não temos respostas suficientemente satisfatórias e tranquilizadoras. Com surpresa, damos por nós a questionar o que sempre nos pareceu óbvio!

**A REDE**, - mas o que é a **rede**, esse objecto, essa "coisa" que esta "célula" deve animar?

É um objecto constituído por materiais inertes ligados entre si, (corda, arame, pedra, ferro) sem energia nem vontade própria, simples instrumento de trabalho ao serviço de quem o utiliza,

ou,

qualquer coisa imensurável e invisível, simples **convenção** de vontades e atitudes entre **seres** diversamente dotados de capacidades próprias para criar e analisar; por nada, pouco, ou muito animados que sejam ou estejam?

— No caso presente, trata-se de uma **rede** que não é: de caminhos de ferro, de estradas ou de telefones, nem para ir à pesca ou apanhar cães. Não é uma **rede** para se passar sobre ela, falar através dela, ou aprisionar com ela o quer que seja. Não é uma **rede para prender**, mas um gesto concertado e estimulador de libertação. Por isso, se é fácil excluir a primeira hipótese, ainda é difícil compreender a verdadeira natureza da segunda. Sobretudo, reconhecer consensualmente quais os sinais incontestáveis da afirmação da sua existência, da sua utilidade e eficácia.

Se entendermos que a **rede LEADER II**, **objecto da nossa animação**, deve ser apenas uma conjugação de vontades entre as Entidades Gestoras Locais do LEADER para convencionar, corporativamente entre si, objectivos comuns de acção em defesa dos seus próprios interesses...os sinais da sua existência, utilidade e eficácia serão uns.

Se pensarmos e defendermos que a justificação da existência desta rede, a avaliação da sua utilidade e eficácia, e a sua própria razão de existir, devem depender principalmente da **qualidade do que produzem** e não apenas **do que querem ser**... então, os sinais da sua existência, utilidade e eficácia, serão outros, de natureza bem diferente.

Assim, sem **objecto** para **animar**, a animação só pode ser feita **para os objectivos** junto **das pessoas** em situação de poderem discutir e convencionar entre si, métodos e acções em comum, de interesse geral para as populações dos territórios em que actuam.

O "**objecto - rede**" mesmo que imaterial, só será perceptível, na medida em que **as pessoas** sejam capazes de se mobilizar para agir coordenadamente para os mesmos ou idênticos fins.

Todos sabemos que em relação ao LEADER II, "a vindima está quase na lavagem dos cestos" e que poucas acções e métodos poderão ser convencionados em comum, então...em torno de que **objectivos** animar ?

Para responder a esta questão, e porque "a meio entendedor meia palavra basta" limito-me a transcrever do último Info - LEADER, o seguinte parágrafo:

".../ A Comissão não propõe, porém, uma nova duplicação do LEADER. Como o seu nome indica, o LEADER+ procurará ir mais longe, incentivando estratégias de desenvolvimento integrado originais, **de alta qualidade**, mais ambiciosas, que poderão servir de modelo ao conjunto das zonas rurais. O LEADER deverá reencontrar o seu papel inicial de "laboratório", isto é, de fazer emergir e testar novas abordagens de Desenvolvimento Local Integrado./..."

O desafio para fazer diferente e melhor é, em minha opinião, estimulante e animador.

Deve animar-nos a estudar e reflectir sobre o passado recente, de forma a melhor perspectivar o que possa ser a **tal alta qualidade** do nosso trabalho futuro.

Pensamos ser, neste tempo, a grande objectivo que nos deve animar. À Célula, como é óbvio, não compete indicar soluções ou métodos, apenas e tão só, organizar as condições e propor os espaço e tempos para que a aquisição mútua de novas competências e perspectivas possa acontecer em tempo útil.

BOM ÂNIMO E BOAS FESTAS.

Camilo Mortágua

## CORANE

### Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina



Paião Santos



A zona de intervenção da Corane - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina, abrange os concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais que constituem a chamada Terra Fria Transmontana.

É uma região montanhosa, de clima rigoroso, onde perdura uma agricultura de subsistência, a indústria é incipiente, o artesanato rico nas áreas da cestaria e tecelagem, e a gastronomia farta e rica em calorias. Potencialidades e estrangulamentos nos quais a Corane sedimentou o seu Plano de Acção Local.

Uma estratégia de desenvolvimento que, segundo Rui Caseiro, coordenador do GAL, passa pelas "forças do meio". "Podemos ter boas ideias mas se não houver apoio não podemos concretizá-las. Temos que perceber a cultura da nossa gente. São pessoas do meio rural. É fundamental conhecer o pensamento destas pessoas. O desenvolvimento faz-se a partir das pessoas e para as pessoas".

Conscientes do peso da agricultura na região, a Corane aposta na pluriactividade como factor de dinamização económica. Dos cerca de 60 mil habitantes da Terra Fria Transmontana, mais de metade (70 %) vivem no meio rural, e os restantes, embora vivendo em meio urbano, mantêm uma grande afinidade ao meio rural, conservando a propriedade e casa rurais de origem.

O LEADER, na opinião do coordenador do GAL da Corane, pode contribuir e influenciar os mais jovens a ficarem, mesmo quando a agricultura emprega cada vez menos pessoas. "Querer sair é a vontade de qualquer jovem. O nosso papel é apoiá-los criando alternativas." É por aqui, ainda na opinião deste técnico, que estas associações podem marcar a diferença, e o LEADER distinguir-se de outros programas. "O LEADER dá-nos os instrumentos para levar adiante os nossos objectivos". Rui Caseiro, com experiência profissional anterior no sector público, não tem dificuldade em apontar as diferenças. Na Corane há dois anos, Rui diz ter muito gosto e satisfação pelo trabalho que está a fazer. Um sentimento que é partilhado por toda a equipa.

Para Francisco Torrão "trabalhar numa associação LEADER está acima de qualquer formação académica. É um trabalho que dá gosto fazer. Valoriza-nos tanto pessoal como profissionalmente. Tiro do meu trabalho uma grande satisfação e sinto que está a dar frutos". A Luísa Pires recorda que hesitou quando teve que optar entre o ensino e a Corane, mas hoje considera a experiência adquirida na Corane, e já lá vão quase dois anos, como "muito gratificante". Mais satisfeita estaria, no entanto, se houvesse mais dinheiro para ajudar as pessoas. Técnica do GAL e dos Centros Rurais, Luísa acha-se em condições para afirmar que o LEADER é um programa diferente, com mais abertura para intervir onde é preciso, e "onde o controlo passa pela confiança depositada nas pessoas".

#### Bíblia Técnica

**Nome:** CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina | **Morada:** R. Padre António Vieira, Ed. do GAT | **Telefone:** 273 332935 | **Fax:** 273 328281 | **E-mail:** corane@ip.pt

**Presidente da Direcção:** José Manuel Fernandes Miranda (Presidente da Câmara Municipal de Vimioso) | **GAL:** Rui Caseiro (Coordenador), Francisco Torrão, Francisco Leonel Vaz, Ema Fátima Ribeiro, Luísa Maria Esteves Pires, Maria Manuela Fernandes Morais | **Concelhos:** Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais | **Área:** 2.838 km<sup>2</sup> | **População:** 60.792 habitantes

Para além do LEADER, a Corane tem dois Centros Rurais: o Centro Rural do Planalto Mirandês e Centro Rural de Montesinho. A associação não concorreu a outros programas porque a postura tem sido, nas palavras de Rui Caseiro, não chocar com ninguém. "Primeiro, queremos cimentar a nossa posição numa área e só depois passar a outra. Queremos trabalhar em parceria, e os dois programas que temos permitem-nos fazê-lo com várias entidades locais, públicas ou privadas, e não só. Já equacionámos alargar a nossa área de conhecimentos mas estamos limitados em termos de espaço". Instalada, desde a primeira hora, no Gabinete de Apoio Técnico da Terra Fria Transmontana, a equipa da Corane, seis pessoas no total, não se queixa com a exiguidade do espaço, pois grande parte do tempo passam-no no terreno a falar com as pessoas. É aí, defendem, que se adquirem os conhecimentos. Num GAL onde predomina a formação (académica) na área agrícola, esta traz apenas a obrigação de conhecer melhor o sector, porque não existe formação (académica) na área do desenvolvimento local. Sentem, naturalmente, necessidades de formação, a nível interno, que vão tentando colmatar com acções específicas de formação promovidas por entidades credenciadas para tal.

As relações entre a equipa técnica e a direcção da Corane gozam de boa saúde e nada há a dizer, o mesmo se passando nas relações com a população. E apesar do atraso na implementação do LEADER, hoje todos o conhecem.

A Corane nasce, em 1995, da união de duas associações que já existiam e que chegaram a apresentar a pré-candidatura ao Programa, a Nordinova - Associação para o Desenvolvimento dos Municípios Integrantes de Montesinho e Coroa, e a Montecor - Associação para a Inovação e Transferência do Nordeste Transmontano, às quais se juntaram a Associação de Municípios da Terra Fria e a Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano, com o objectivo de gerir o LEADER II na região da Terra Fria Transmontana. Por arrastamento passaram a integrar a Corane todos os associados daquelas associações. Ao todo 34 sócios.

No capítulo das parcerias e para além das existentes com os GAL vizinhos, nomeadamente, Douro Superior e a Raia Histórica, a Corane está a trabalhar com quatro grupos espanhóis num projecto de recuperação e repovoamento dos pombeiros na zona fronteiriça. O maior projecto na área da cooperação transnacional, envolve 11 GAL, cinco italianos, quatro franceses, um espanhol e a Corane, e visa a valorização da castanha.

Quanto ao futuro e à perenidade da equipa, não é, para já, motivo de preocupação. "Somos optimistas. Estamos a fazer um trabalho válido na região e pensamos que temos condições para sermos beneficiários do LEADER +. A nossa preocupação imediata é fazer o melhor".

P. S.



# DOURO SUPERIOR

## Associação de Desenvolvimento



Paula Santos



Profundamente marcada pelo rio Douro, a Douro Superior – Associação de Desenvolvimento, entende que o desenvolvimento da zona de intervenção passa pelo rio e pelo aproveitamento e salvaguarda do património com que a Natureza brindou a região.

Como principais vectores da estratégia de implementação do Programa LEADER, a associação preconiza a recuperação e valorização do património, a cooperação nacional e transnacional, e a dinamização das actividades artesanais e dos produtos locais.

Com mais ou menos dificuldades, a Douro Superior tem vindo a desenvolver projectos nestas áreas, embora nem sempre com a satisfação que gostariam pois o apoio financeiro é limitado. Para o coordenador do GAL, José Paixão, cada associação tem o LEADER que pode e não aquele que gostaria, pelo que "tem que haver um compromisso entre o que efectivamente é e aquilo que gostaríamos que fosse". E para isso, "é importante ter capacidade para fazer autocritica e interrogarmos se não podíamos fazer mais e melhor". Há que "usar com bom senso o pouco espaço de manobra que temos".

Criada com a finalidade de implementar o Programa LEADER II, a Douro Superior, nas palavras do coordenador do GAL, arrancou a boa velocidade e o número de candidaturas aprovadas é um bom indício do ritmo que a associação tem conseguido manter. Os técnicos, uma equipa de seis, procuram dar sempre uma resposta a quem os procura. E isso também se reflecte nos resultados da associação, na opinião de um dos técnicos do GAL. "Nós, técnicos temos que servir de interlocutores; indicar às pessoas o que podem fazer, onde se podem dirigir; e para isso é preciso ir ao terreno passar a mensagem".

Numa região onde a desertificação é uma realidade, existe a preocupação/necessidade de "agarrar" os jovens à terra. Victor Sobral, um dos técnicos que mais anda no terreno, sente essa necessidade mais até como uma obrigação. "Cabe-nos a nós que somos de cá fazer alguma coisa pela nossa região".

Entre o LEADER e os outros programas (ProNorte, ProDouro, Interreg e Centros Rurais) sob a responsabilidade de gestão da Douro Superior, procuram-se encontrar complementaridades e aplicar os fundos disponíveis em toda a região, embora "existam zonas com uma maior captação" mas isso, segundo José Paixão, não seja negativo.

No que diz respeito ao programa LEADER, e ainda na opinião do coordenador do GAL, os projectos têm abrangido a zona de intervenção praticamente toda. Relativamente à estratégia definida no PAL "é natural que existam alguns desvios. Por exemplo, retirámos dinheiro de alguns sectores e acrescentámos noutros. Este ano, por causa do fecho (o fecho é sempre complicado) tivemos necessidade de introduzir uma ou outra alteração".

Para o futuro, e tendo em vista o LEADER +, o coordenador do GAL da Douro Superior gostaria de ver regulamentadas algumas questões, porque definidas à partida muitas das discussões deixariam de ter lugar.

P. S.

### Ídolo técnico

**Nome:** DOURO SUPERIOR – Associação de Desenvolvimento | **Morada:** Av. Combatentes da Grande Guerra, 5160-217 Moncorvo | **Telefone:** 279 258010 | **Fax:** 279 254056 | **E.mail:** dourosup.ass-des@mail.telepac.pt

**Presidente da Direcção:** Francisco António Castro Pires (Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro) | **GAL:** José Paixão (Coordenador), Doniría Afecto, Isabel Nevado, Olímpia Marcos, Ricardo Madeira, Rosário Afonso, Victor Sobral | **Concelhos:** Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa | **Área:** 1.913 km<sup>2</sup> | **População:** 36.956 habitantes

# RAIA HISTÓRICA

## Associação de Desenvolvimento da Raia Histórica



Paula Santos



Outrora elementos fundamentais na defesa do território, os castelos, com o passar do tempo perderam a sua importância defensiva e foram votados ao abandono. Não obstante o estado de degradação de alguns deles, os castelos reflectem e simbolizam a identidade e a memória colectiva, constituindo, por vezes, uma imagem de marca da região onde foram erguidos, como é o caso, dos castelos da Raia.

Da zona de intervenção do Programa LEADER II da Raia Histórica – Associação de Desenvolvimento da Raia Histórica, fazem parte cinco concelhos: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel e Trancoso (estes três últimos com a totalidade das freguesias que os compõem), e em todos eles existe, pelo menos, um castelo. A própria associação poder-se-ia ter chamado Castelos da Raia, se outra não existisse já com o mesmo nome. Foi precisamente desta, mais antiga, que a Raia Histórica nasceu. A história, para o coordenador do GAL, José António Sales Gomes, conta-se em poucas palavras. "A Castelos da Raia, que é uma associação de municípios, surgiu no primeiro QCA a propósito do INTERREG, chegou a apresentar-se como entidade gestora do LEADER II mas como isso não era possível criam a Raia Histórica para prosseguir esse objectivo".

É nesta altura (1995) que o convite para coordenar a elaboração do PAL aparece a este engenheiro agrário. Um ano mais tarde entra a Carla, economista de formação académica, e responsável por toda a área financeira da associação, e o GAL fica composto. Um GAL reduzido que se mantém até hoje. À medida que a Raia Histórica foi desenvolvendo outros programas a equipa da associação foi-se alargando.

Actualmente, para além do Programa LEADER II, esta associação tem uma Escola Oficina (Escola Oficina Renda Nó), quatro Centros Rurais (Côa, Teja, Almeida – Sabugal e F. C. Rodrigo – V. N. Foz Côa) e três das 10 Aldeias Históricas de Portugal (Castelo Mendo, Marialva e Almeida). Para tudo isto, a associação conta com mais quatro técnicos.

A lista de associados, encabeçada pelas cinco câmaras da zona de intervenção, e que são os sócios fundadores, conta com duas associações, um centro de acolhimento, uma cooperativa e a Associação de Municípios que lhe deu origem.

Não obstante o "peso" autárquico, José António Sales Gomes defende que o GAL é totalmente independente.

Instalados num edifício antigo situado dentro das muralhas do Castelo de Trancoso, a equipa da Raia Histórica vem apostando na valorização e comercialização dos produtos locais, diversificando as actividades económicas da região. Neste sentido, tem apoiado projectos que, de uma maneira ou de outra, concorrem para estes objectivos. É o caso do leite de ovelha que têm vindo a apoiar no sentido de melhorar a sua qualidade. No seguimento destas acções vão apoiar a construção de uma queijaria que envolverá a maioria dos produtores da região, e a comercialização de um queijo feito com leite da raça Mondegueira, que corria o risco de extinção.

Parcerias existem quer locais quer transnacionais. As primeiras com as associações vizinhas Douro Superior e Corane (projecto do Douro Internacional e o da recuperação dos pombais), e as últimas com grupos espanhóis, franceses e italianos.

De acordo com os objectivos traçados no PAL, a equipa da Raia Histórica confessa, no momento em que está quase a terminar a segunda fase do programa LEADER, que falharam em situações que ultrapassam a própria associação como, por exemplo, o alojamento turístico. Uma falha que estão a tentar colmatar com a criação de parques de campismo.

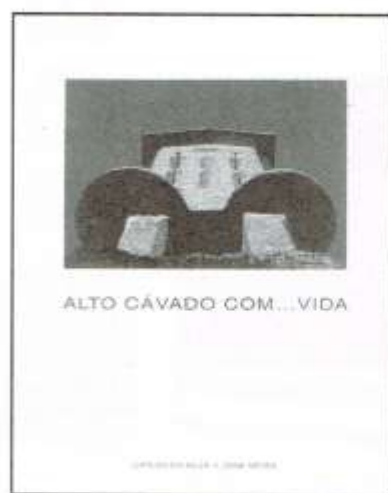
P.S.

### Ídolo técnico

**Nome:** RAIA HISTÓRICA – Associação de Desenvolvimento da Raia Histórica | **Morada:** Rua Conde de Távarede, 4A 6420-137 Trancoso | **Telefone:** 271829040 | **Fax:** 271829047 | **E.mail:** raia.historica ou np66ym@mail.telepac.pt

**Presidente da Direcção:** Júlio José Saraiva Sarmento (Presidente da Câmara Municipal de Trancoso) | **GAL:** José António de Sales Gomes (coordenador); Carla Sofia Gil Ribeiro Saraiva Gamboa | **Concelhos:** Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel e Trancoso | **Área:** 1.416 km<sup>2</sup> | **População:** 40.330 habitantes



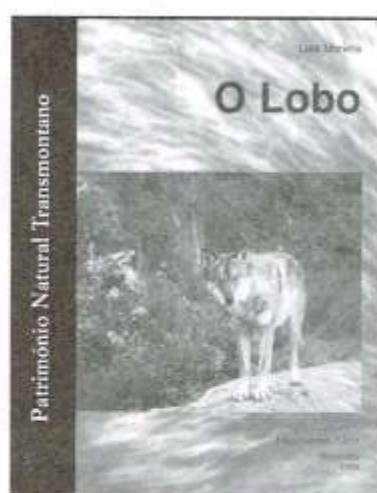


→ **ALTO CÁVADO COM... VIDA**  
de Carlos Silva e José Neves, Atahca, 1995

Com o apoio do Programa LEADER / Atahca

"Com a publicação deste livro pretende-se retratar a vida das aldeias de uma região onde as belezas naturais predominam e a cultura tradicional se mantém...", assim refere o prefácio da autoria do Presidente da Atahca. Para concretizar este projecto, dois fotógrafos, Carlos Silva e José Neves, que assumiram no seu trabalho "duas recusas". Recusa do arcaísmo como elogio fúnebre e do relativismo cultural.

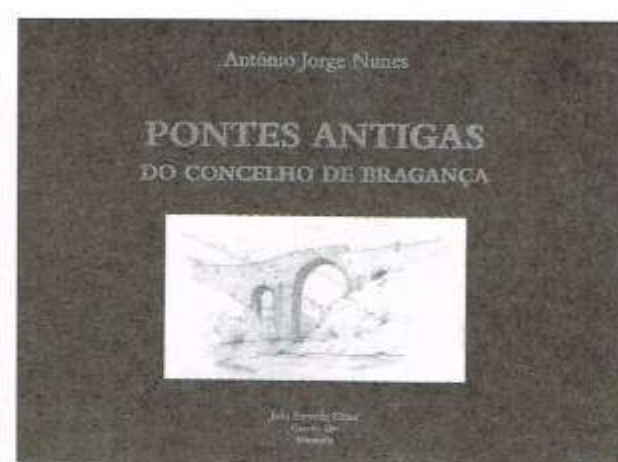
São 91 fotos que percorrem a vivência dos concelhos de Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e de Vila Verde.



→ **O LOBO NO NORDESTE DE TRÁS-OS-MONTES**  
de Luís Moreira, João Azevedo Editor, 1998  
Apoiado pelo Programa LEADER / Corane

"Em Trás-os-Montes, o homem aprendeu com os animais monteses a viver de acordo com a terra. Ele próprio é a extensão da serra e de tudo que a compõe, sem isso fica desgarrado. Talvez por isso os serranos comecem a entender que o destino do lobo é um reflexo do próprio futuro." São palavras de Virginia Pimenta, a abrir um livro que divulga o Lobo, *Canis lupus* ao nível do seu comportamento e a sua presença em Trás-os-Montes, "um dos últimos refúgios do lobo em Portugal."

Editado na Coleção Património Natural Transmontano, dedicada à fauna e flora transmontana e que já deu a lume trabalhos de divulgação da Raposa, do Veado, da Oliveira, do Carvalho, da Lontra, da Amendoeira e dos Peixes de Água Doce.



→ **PONTES ANTIGAS DO CONCELHO DE BRAGANÇA**  
de António Jorge Nunes, João Azevedo Editor, 1997  
Apoiado pelo Programa LEADER / Corane

Este trabalho "... tem como objectivo fundamental a caracterização das pontes antigas do concelho de Bragança, procedendo à compilação dos registos históricos relacionados com a construção e conservação, à caracterização física e geométrica e à descrição dos trabalhos de conservação e reabilitação..."

O livro apresenta em fichas bem organizadas e ilustradas, 36 pontes do concelho de Bragança, desde o período romano aos nossos dias. Para além disso, apresenta de uma forma exaustiva e bem ilustrada com mapas, as vias que serviram Bragança ao longo dos tempos.

Graficamente muito bem apresentado, este livro é uma monografia temática indispensável para a leitura histórica da região.



→ **VALE DO MINHO**  
Associação de Municípios do Vale do Minho, 1998  
Apoiado pelo Programa LEADER / Adriminho

Brochura promocional, profusamente ilustrada e editada em 60.000 exemplares, que apresenta, em Português e Inglês, os principais motivos de interesse dos municípios do Vale do Minho (Caminha, vila Nova de Cerveira, Valença, Paredes de Coura, Monção e Melgaço.

"O Vale do Minho não se diz, não se narra. Vive-se!". E, por isso, apresentam-se ainda o Património Natural, o Desporto e o Lazer, o Artesanato e as Romarias, os Caminhos de Santiago, a Gastronomia e Vinhos, os Monumentos e as Acessibilidades.



→ **RIMAS PAROLAS. MONDIM OUTRORA**  
Luís Jales de Oliveira, Mondim, 1993  
Apoiado pelo Programa LEADER / Probasto

"O poeta é o trabalhador da palavra, é o lavrador da língua, é o sementeiro dos sentidos, de todos os sentidos a inventar... Mas há +poetas que em vez de inventar sentidos... vão à procura da palavra já ouvida ou murmurada, pela voz cristalina e pura que o poeta por excelência - o povo - semeou para exaltar as suas crenças..."

Foi esse o trabalho de Luís Jales de Oliveira, recriar poeticamente "histórias" da sua terra, cimentando com elas a identidade cultural de Basto. "A gente já nasce presa num fio / uterino e umbilical cordão / a enrodilhar-nos na RAÇA. / Lavamos cueiros no RIO, / e os olhos com devoção / na NOSSA SENHORA DA GRAÇA."



→ **LICORES DA FESTA**  
Casa do Povo do Campanário, 1998  
Apoiado pelo Programa LEADER / ADRAMA

"Assim, fica ao dispor da população uma obra que apresenta de maneira sensível e abrangente motivos que são, afinal, parte integrante da identidade regional. Tal como um sabor de tangerina, resultante de casquinhas alcoolidas num frasquinho de cozinha, recolhidas ao longo do ano, ou de tantas outras essências, que facilmente se apercebem quando da preparação nas cozinhas dos meios rurais ou urbanos, há que reconhecer a relação dos licores com as tradições do Natal da Madeira".

São 20 receitas de licores, que vão da Amora à Ginja.





A IN LOCO recebe em Tavira

# "Alice morta, Alice posta!"

"Do lado cá da realidade" era uma vez *Alice*. Durante mais de três anos, *Alice* lavrou e revolveu uma terra adormecida. Por trás da *Alice*, esconderam-se os rostos de jovens animadores locais, cuja acção se estendeu por 13 freguesias. No dia 15 de Outubro, decorreu o Encontro Final de *Alice* em Tavira.

A grande aposta de A.L.I.C.E. (Acções Locais Integradas para a Criação de Emprego), projecto desenvolvido no quadro do artigo 6º do F.S.E., apoia-se em dois eixos: a criação de emprego e a resposta a necessidades não satisfeitas. A partir de um estudo de levantamento das necessidades, pretende-se contrapor respostas adequadas, sobretudo relacionadas com a criação de emprego. A acção de animadores locais e a cooperação com autoridades locais faz vingar uma dinâmica, enraizada numa parceria mais alargada. Os animadores arrastam para uma parceria local outros organismos, promovendo assim um núcleo de desenvolvimento local. O objectivo é formar agentes que permaneçam no local, independentes da IN LOCO. Desta feita, multiplicam-se pólos locais com capacidade de iniciativa. Priscila Soares cita Bertolt Brecht, "nós fazemos as coisas com o que está disponível, sempre aquém dos nossos sonhos, mas é o que é possível".

O território de *Alice* não desmente o seu declínio: decréscimo da população, envelhecimento, isolamento, falta de emprego e de estruturas, etc. A estratégia de intervenção definida passa pela criação de dinâmicas locais. O disseminar do espírito de inovação exige participação local e mudança de mentalidades. A figura do animador opera assim como fomentador de processos, de causas, através da informação, da sensibilização e da dinamização. Para capacitar estes futuros agentes de desenvolvimento, deu-se-lhes muita matéria para digerir: conceitos e modelos próprios ao desenvolvimento local, o conhecimento aprofundado das instituições e dos incentivos existentes; actuação concertada entre actores locais.

A formação dirigia-se a dois públicos-alvo: animadores locais e, também, responsáveis e técnicos de associações e autarquias locais. Insere-se numa mesma filosofia de trabalho que quer, não só implicar entidades locais (públicas e privadas) na luta por um objectivo comum - o desenvolvimento local, como também construir estruturas de reflexão e bases referenciais comuns, para promover o diálogo. Afinal, as próprias autoridades e entidades locais têm que se tornar donas do desenvolvimento do território. Animadores mais parcerias, entre parênteses: locais, igual a desenvolvimento. Esta equação tem que se tornar evidente e vinculativa, para que no futuro estas forças se unam em torno de uma causa comum e projectos comuns.

## Os trabalhos de Alice

A formação durou dois anos! Mas, as melhores intenções não chegam. Concretamente, o que conta são os dividendos a retirar de um tal investimento. Os trunfos de *Alice* são, antes de mais, os seus produtos. Do trabalho no terreno surgiram: o diagnóstico das necessidades não satisfeitas, a detecção da posição face ao trabalho e ao emprego e a caracterização das freguesias (suporte monográfico e cartográfico). Por fim, destaca-se uma peça mestre: o boletim local. Cada animador criou a sua pequena folha informativa mensal, um projecto de informação do local para o local. Chamam-se "O Maltês", "Cacela Viva", "O Postiço", "Serra Viva", "Serra em Movimento", etc. Cada um tem a sua personalidade, o seu formato, o seu bilhete de identidade. Não é sem um certo orgulho que a IN LOCO relata que "a disseminação das aquisições do Projecto já começou: o boletim tem vindo a ser adoptado noutras freguesias (Cacela, Boliqueime) e no âmbito de outros projectos (Centros Rurais da responsabilidade da IN LOCO)". Não deixa de ser anedótica a forma como é distribuída a publicação. Margarida Correia, animadora local, testemunha, "falei com o carteiro para sensibilizá-lo para a importância deste projecto". Daí saiu uma solução prática e judiciosa: a distribuição é feita em conjunto com "as cartas da luz". O sucesso deste boletim de Querença ultrapassa as fronteiras, pois mesmo os emigrantes mostram-se interessados em receber "notícias da sua terra".

Entretanto, quis-se avançar directamente para uma resposta a certas necessidades, analisadas como prioritárias. Desta feita, favoreceu-se a criação de serviços de apoio a idosos; iniciou-se o processo de criação de uma ludoteca itinerante; relançou-se um jornal local; iniciou-se a concepção de uma acção de formação de animadores de património e também se apoiou a mobilização de jovens locais com vista à organização de actividades recreativas e culturais. *Alice* era um projecto piloto. Independentemente do fim do projecto, no mês de Outubro, Priscila Soares, presidente da IN LOCO, garante que "este trabalho vai continuar. *Alice* morta, *Alice* posta." A bom entendedor meia palavra basta!

"A casa foi erguida com as pedras disponíveis. Foi feita a revolução com os revolucionários disponíveis. Pintado foi o quadro com as cores disponíveis. Comeu-se do que havia. Deu-se a quem precisava. Falou-se com os presentes. Trabalhou-se com a força, o saber e a coragem de que se dispunha." (Tempos Difíceis, Bertolt Brecht)

Rosário Aranha

## Maria + Alice = Maria Alice

No encontro final de *Alice*, a Maria, da Associação BEIRA SERRA, estava presente. Dentro do mesmo espírito de *Alice*, a cerca de 500 km da Serra do Caldeirão, na Cova da Beira, entramos no mundo das Marias. O projecto M.A.R.I.A. (Mulheres Agricultoras e Rurais Investem no Amanhã) integra-se na Iniciativa Comunitária NOW.

Por um lado, as associações de desenvolvimento local não têm mãos a medir com o trabalho no terreno, e por outro lado, a proximidade revela-se, cada vez mais, um instrumento de trabalho privilegiado destas mesmas associações. "E como só boa vontade não chega", tem que haver formação e disseminação de agentes ao serviço do desenvolvimento local. Após a selecção de 12 futuras animadoras, iniciou-se uma formação em dois tempos: seis meses, sobretudo em sala, e oito meses "mais feito de intervenção, de modo a pôr à prova as lições teóricas e permitir a descoberta de novos saberes pelo aprender fazendo".

## Elsa Gonçalves, animadora local

"O facto de andarmos para trás e para a frente na rua também é uma animação local, pelo menos assim dizem as pessoas em Cachopo, «então, já aí está outra vez, então o que é que traz hoje?»". Em 1992, Elsa Gonçalves entra para a IN LOCO. Sete anos volvidos, é uma das duas mais antigas animadoras da associação. Juntou-se naturalmente à equipa de *Alice*. Não é a primeira vez que segue uma formação na área do desenvolvimento local, já tinha acontecido no quadro do LEADER I. Tem como área de intervenção, Santa Catarina e Cachopo, duas freguesias do Concelho de Tavira, que diz serem "opostas": a primeira tem três grandes centros num perímetro de cerca de 10 km, enquanto que a segunda morre de isolamento. Entre uma terra dormitório e uma terra em vias de desertificação, a animadora local segue o seu caminho.

## Quais são os maiores problemas que tu encontras no teu território?

A população é muito velha, é muito idosa, há muito poucos jovens, os jovens saem, ficam nas freguesias na idade escolar, depois saem para as universidades para ir estudar e raramente voltam. Há uns que não voltam porque não têm condições. Os meios são muito isolados e torna-se difícil virem para a Serra e continuarem a ter a sua actividade. Normalmente, arranjam empregos nos centros. Os que querem voltar, não encontram condições. Querem construir, as freguesias estão limitadas pelos PDM. Querem montar o próprio negócio, não existem casas para alugar ou para comprar para montar os negócios. Eu tenho, inclusive, projectos, que não foram para a frente ao RIME, porque as pessoas não conseguiram encontrar um armazém que reunisse as condições.

## Alice trouxe algo mais para o território?

Nós tínhamos formação em sala dois dias por mês, o resto do tempo fazíamos trabalho de terreno, fazíamos entrevistas, levantamentos, organizávamos acontecimentos; sempre com o coordenador atrás, na retaguarda. Qualquer dúvida que tínhamos, tirávamos com os coordenadores. Se não tivesse havido *Alice*, possivelmente não haveria caracterização. A base de dados, possivelmente, não teria sido feita. Não era feita a detecção das necessidades. *Alice* veio fazer um diagnóstico à situação.

## Qual seria, para ti, uma definição do desenvolvimento local e da animação local?

Eu trabalho no desenvolvimento local e não sei definir o que é; é muito difícil. Neste momento, estou a trabalhar há sete anos para a In Loco, olho para trás e penso assim, "eu não desenvolvi a minha freguesia em nada". Se calhar desenvolvi, mas não o consigo ver dessa forma. O desenvolvimento é muito abstracto; é muito difícil arranjar coisas que se sintam, que se vejam.

Animação local é prestar informação, é acompanhar... Houve uma altura em que definíamos a animação local como uma ponte de ligação entre as populações e os serviços. O Boletim era um meio de animação local, os atendimentos que nós fazemos, a conversa na rua, tudo é uma animação local. O facto de andarmos para trás e para a frente na rua também é uma animação local.



# Seminário sobre Desenvolvimento Comunitário em Cantanhede



Numa iniciativa conjunta, a AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego e o Núcleo Regional de Coimbra/REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, organizaram, no dia 17 de Novembro, no auditório da Biblioteca Municipal de Cantanhede, um seminário subordinado ao tema Desenvolvimento Comunitário, que reuniu uma centena de participantes.

À sessão de abertura, seguiu-se, naturalmente, a primeira intervenção do seminário. A primeira, e talvez a mais interessante deste seminário que reuniu uma centena de participantes de várias entidades da Região Centro. Convidado para inaugurar o primeiro painel dedicado aos Desafios Comunitários, o Dr. Roque Amaro começou, numa tentativa de definição, por realçar a abrangência do conceito de desenvolvimento. Para este "especialista", professor do ISCTE, existem várias ameaças, ou síndromas, como preferiu chamar-lhes, que dificultam o trabalho em parceria. O síndrome da moda, dos protocolos, das fidelidades, dos louros, são apenas alguns dos 13 sintomas que enumerou, num tom ora divertido, ora sério, da doença, que na sua opinião, padecem as parcerias.

Joaquim Nunes da Silva, representando o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), sublinhou as preocupações e as estratégias do IEFP e falou das vantagens das Redes Regionais de Emprego.

Para apresentar o Sub-Programa INTEGRAR os organizadores deste seminário convidaram a Dra. Catarina Melo Franco.

Para a Dra. Lina Coelho, da Comissão de Coordenação da Região Centro, vivemos uma época de excessos. "O conceito de desenvolvimento enche a boca de toda a gente, de tal modo que vivemos mais em lógicas de parcerias do que parcerias".

A intervenção da Dra. Fátima Goulão, do Instituto para o Desenvolvimento Social, encerrou o primeiro painel e os trabalhos da parte da manhã.

## O papel das parcerias no desenvolvimento comunitário

No início da tarde, a apresentação de três projectos ilustraram o tema do segundo painel: O Papel das Parcerias no Desenvolvimento Comunitário. A saber: PDIAS – Projecto de Desenvolvimento Integrado de Acção Social; Projecto de Luta Contra a Pobreza SOPENHA, e Projecto de Luta Contra a Pobreza MONTEMAIOR. O PDIAS é um projecto que congrega os esforços de várias entidades com o objectivo de intervir junto das famílias mais carenciadas do concelho de Cantanhede e, na opinião da técnica responsável, "existe para dar uma resposta no momento; não cria subsídio-dependentes". O PDIAS é um projecto que existe em todos os concelhos do distrito de Coimbra.

SOPENHA é o nome do projecto de Luta Contra a Pobreza no concelho de Penacova. Existe desde 1998 e actua em várias áreas, nomeadamente na da educação com uma ludoteca itinerante.

No concelho de Montemor-o-Velho, o nome é outro mas os objectivos são os mesmos: intervir em situações de risco. Victor Camarneiro cuja presença neste seminário, e segundo informação do próprio, foi meramente accidental, confessou ser adverso a qualquer tipo de suporte audio-visual que, na sua opinião, só servem para enfeitar as intervenções dos oradores; portanto ia ler, o melhor possível, a sua intervenção. Depois de uma série de exposições seguidas nos mesmos moldes (a utilização do retroprojector), a intervenção de Victor Camarneiro não só quebrou uma certa monotonia instalada como provocou na plateia alguns risinhos conseguindo reconquistar a atenção de todos.

Para este técnico, falar de parcerias e trabalho em rede só tem sentido de há 15 anos para cá, e o grande passo foi dado por associações como a AD ELO.

Depois de um breve intervalo, a Dra. Adelaide Donário centrou a sua comunicação sobre o Rendimento Mínimo Garantido na experiência de trabalho adquirida na Segurança Social e em particular no concelho de Cantanhede.

Com o avançar da hora, o auditório da Biblioteca Municipal de Cantanhede, com o

abandono de alguns dos participantes, foi parecendo maior. Foi para uma plateia mais reduzida que AD ELO, nas pessoas dos Drs. Mário Fidalgo e António Santos, deram a conhecer, pelo menos a quem ainda não conhecia, os projectos SOL e ELO. O primeiro tem como destinatários a comunidade do concelho de Cantanhede, e o segundo os habitantes da freguesia da Pampilhosa, concelho da Mealhada. Dois projectos onde a palavra-chave é solidariedade.

Depois deste espaço, e apesar do atraso em relação ao programa, o moderador ainda abriu espaço para debate, mas à semelhança do que já tinha acontecido de manhã, ninguém tinha questões.

Para encerrar o seminário, subiram à mesa o presidente da direcção da AD ELO, Dr. Carlos Cabral, o Dr. Nuno Filipe, presidente do Conselho Directivo do Centro Regional da Segurança Social Centro, e, em representação da coordenadora do Núcleo Regional de Coimbra/REAPN, Dra. Paula Duarte. Porque já se fazia tarde, os derradeiros intervenientes ficaram-se pelos agradecimentos e pelos desejos para o futuro.

## Reflexões

Sem querer tirar o mérito das palavras de ninguém, e porque também este texto já vai longo, aqui ficam as últimas considerações (e não conclusões) a propósito deste seminário.

O tema não é fácil de tratar e o conceito menos ainda. Se é verdade que assistimos hoje ao nascimento de diversas formas de intervenção não governamentais na sociedade civil, também é verdade, como disse um dos oradores, vivemos uma época de excessos. Todos falam em parcerias e todos as defendem, mas será que as praticam? O trabalho em parceria não depende da vontade política nem dos subsídios. O termo está banalizado; e é preciso reabilitá-lo. No combate à exclusão social, uma das áreas de actuação das entidades presentes, é necessário formar técnicos, dar-lhes competências. No futuro, para que o atraso do pagamento dos subsídios não condene os programas antes mesmo deles nascerem, há que encontrar condições de articulação entre o social e o económico; e criar mecanismos próprios de auto-financiamento. Em Portugal, já existem exemplos de trabalho em rede com bons resultados, como é o caso das associações LEADER, mas muito há ainda por fazer.

Se o objectivo deste seminário era, de facto, reflectir sobre a importância das parcerias e do trabalho em rede, é desejo de todos quantos nele participaram que não acabe noutros seminários, e que as oito horas de reflexão que proporcionou resultem em muitas horas de trabalho com o outro. O desenvolvimento (comunitário) só faz sentido quando pensado a partir das pessoas, com as pessoas e para as pessoas.

P. S.



## II Feira da Castanha em Terroso, Bragança

Decorreu no passado dia 14 de Novembro, na aldeia de Terroso, freguesia de Espinhosela, concelho de Bragança, a II Feira da Castanha.

A iniciativa pertenceu, uma vez mais, à Junta de Freguesia de Espinhosela e a organização foi da Corane, Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste, conjuntamente com a Junta de Freguesia, o Parque Natural de Montesinho e a Associação de Produtores de Castanha da Terra Fria. Contou ainda com o apoio das Câmaras Municipais de Bragança e Vinhais.

Na abertura estiveram presentes os Presidentes das Câmaras de Vinhais e de Bragança, o Director Regional de Agricultura Trás-os-Montes, representantes da Zona Agrária de Bragança, do IFADAP, da Comissão Nacional de Gestão do Programa LEADER, do IIEFP, a Directora do Parque Natural de Montesinho, e o Presidente da Comissão Regional de Turismo.

Estiveram também presentes um representante do Instituto de Desenvolvimento Comunitário da Galiza e outro da Asociación de Desarrollo de Aliste Tábara e Alba.

A afluência de visitantes foi bastante grande, tendo aproveitado para adquirir, nas inúmeras barracas existentes, os mais diversos produtos da terra, desde a castanha crua à castanha assada, embalada em saquinhos de 1Kg, ao pão e ao mel e ao mais diverso artesanato – dos bordados às gaitas de foles.

Do programa da Feira constava um concurso de castanha, um concurso de doçaria da castanha e um concurso de fotografia.

Relativamente ao primeiro, apareceram cerca de dezena e meia de produtores, concorrendo em duas categorias: castanha Longal e castanha Judia. De salientar o elevado número de concorrentes e a boa qualidade da castanha apresentada. Os premiados neste concurso foram:

### Na variedade Longal

- 1º Carlos Gomes, de Espinhosela;
- 2º José da Cruz Ferreira, de Paredes;
- 3º José David Esteves, de Terroso;
- 4º Luis Bernardo Gomes, de Vilar dos Peregrinos;
- 5º Maria Emília A. Martins Costa, de Terroso.

### Na variedade Judia:

- 1º Daniel da Silva, de Espinhosela;
- 2º Avelino Rodrigues, de Vinhais;
- 3º Luis Bernardo Gomes, de Vilar dos Peregrinos;
- 4º José da Cruz Alves, de Paredes;
- 5º Tomé Pires, de Cisterna.

No concurso de "Doçaria da Castanha", participaram 35 concorrentes, com os mais varia-

dos doces e bolos, tendo todos a castanha na sua composição. De entre todos o júri elegeu cinco, já que tinha que seleccionar alguns, embora todos fossem merecedores do destaque. A escolha do júri foi a seguinte:

- 1º Maria Beta F. Graça, de Bragança;
- 2º Elsa Maria Delgado, de Bragança;
- 3º Gorete Fernandes, de Sabariz;
- 4º Manuel António Fernandes, de Gimonde;
- 5º Maria Martins, de Gondosende.

De salientar a grande melhoria na qualidade dos bolos apresentados a concurso, relativamente ao concurso de 1998.

No concurso de Fotografia, cujo tema era "O Castanheiro e a Produção de Castanha", a participação foi menor, dado a sua divulgação ter sido feita já muito próxima da data da realização da feira, facto que não permitiu que os potenciais interessados pudessem colher as melhores fotografias. Apesar disso apareceram algumas boas fotografias tendo o júri atribuído os seguintes prémios:

- 1º José António Brinquete, de Bragança;
- 2º Telmo José Afonso, de Bragança;
- 3º José Caveira Brilhante, de Miranda.

Foram atribuídas, ainda, duas menções honrosas, a Ana Isabel Leal Afonso, e a Telmo José Afonso, ambos de Bragança.

Como actividades de animação houve o tradicional jogo dos paus e a famosa luta de touros.

A luta de touros, também conhecida por "Acheira de Touros" proporcionou às centenas de espectadores presentes alguns bons momentos. Esta é uma luta leal, em que um touro luta de igual para igual com outro, até que um deles desista e fuja, dando-se por vencido. Os touros em confronto são aproximadamente do mesmo peso e corpulência – chegam a pesar 1100 e 1200 kg. Também aqui nem sempre o mais forte ganha e, não raro, vê-se um touro menos corpulento pôr em debandada outro aparentemente mais forte. A "inteligência" e matreirice do animal são muito importantes.

Os gaiteiros da Vila Meã, na Lombada, animaram a feira com som dos seus bombos e das suas gaitas de foles.

Durante todo o dia não faltou a castanha assada na hora e o copo de vinho, oferecidos gratuitamente a todos quantos os quisessem saborear.

O êxito das duas edições já realizadas cria responsabilidades acrescidas à organização dado que deverá assegurar a sua continuidade e, tanto quanto possível elevá-la a um outro patamar, transformando-a numa verdadeira mostra da castanha da terra fria.

Francisco Leonel Vaz, CORANE

## Protocolo de Cooperação entre a Pró-Raia e a ADECOCIR



Materializando o sentir raiano e vocação ibérica das gentes da raia, algo de particular e *sui generis* vivido no espaço fronteiro de Guarda e Ciudad Rodrigo, a Pró-Raia e a congénere espanhola ADECOCIR – *Asociación para el Desarrollo de La Comarca de Ciudad Rodrigo* realizam desde algum tempo acções em cooperação transnacional.

Estreitando os laços de cooperação entre as entidades e no contexto particular de desenvolvimento do espaço fronteiro da Guarda e Ciudad Rodrigo, foi homologado no dia 28 de Novembro de 1999, na **INTUR - Feira Internacional de Turismo de Interior de Valladolid**, um protocolo de cooperação.

Este pacto de cooperação visa a promoção de ambas as regiões dando conta das suas múltiplas potencialidades, procurando agir a nível da valorização dos produtos endógenos, património e turismo.

Entendem os parceiros que a disseminação de ideias inovadoras e a definição conjunta de estratégias de actuação para os territórios são um elemento decisivo para o sucesso dos respectivos planos locais de desenvolvimento.

A constatação de que uma abordagem geográfica concertada sobre espaços contínuos e com características similares permite, através da cooperação, tomar medidas preventivas, correctivas ou de orientação de carácter inovador e / ou exemplar, levou a Pró-Raia e Adecocir a juntar esforços e maximizar os resultados decorrentes da gestão da subvenção global LEADER II. O protocolo de cooperação contempla ainda a candidatura conjunta a fundos do INTERREG II e a articulação com iniciativas no âmbito do QCA III, designadamente o LEADER +.

Certos de que transferência de conhecimentos e *Know How* enriquece actuações futuras, para além das acções implementadas virem conduzir ao alcance de economias de escala a favor de ambos os territórios, entendemos que se assiste a uma melhor utilização dos fundos comunitários, ou pelo menos, na prática, a uma maximização de resultados, sendo nosso intuito honrar o protocolo em todas as suas cláusulas.

A cerimónia de homologação do protocolo de cooperação contou com a presença do Director Geral do Desenvolvimento Rural, Engº Miguel Freitas e o homólogo espanhol, D. Edmundo Bayan, tendo ambos visitado o stand conjunto das duas entidades. Grande entusiasmo e animação resultou da exibição ao vivo do Sr. Manuel oleiro, promotor do LEADERII / Pró-Raia que com a sua roda e mãos mágicas deu forma a belíssimas peças de artesanato muito apreciado pelos espanhóis!

Paulo Marques, PRÓ-RAIA



# Todos on-line na Barragem da Venda Nova

Afinal é possível... Juntar vinte e tal pessoas a falar de assuntos tão importantes e actuais como a promoção de produtos locais e o comércio electrónico, fora de salas de reuniões institucionais e ecléticas. A Estalagem do Morgado, ao quilómetro 54 da estrada Braga-Chaves, no Barroso, mesmo à beira de água (passo a, merecida, publicidade), foi o cenário escolhido pela Proregiões para organizar II Workshop "Comercialização de Produtos Locais / Internet", entre 24 e 26 de Novembro, no âmbito do projecto apoiado pela sub-medida B2 do Programa LEADER.

Com este encontro pretendeu-se analisar diferentes estratégias de promoção e comercialização de produtos através da internet, assim como sensibilizar os parceiros (e potenciais parceiros) da Loja do Mundo Rural para esta área de intervenção, determinar linhas de actuação em rede e planear a construção de sites de comercialização de produtos locais, nomeadamente o site da Loja do Mundo Rural.

Estiveram presentes técnicos de 10 ADL, da Célula de Animação e da Proregiões, assim como representantes de três empresas especializadas em concepção de páginas de internet e comércio electrónico. O Ruralnet foi apresentado por Manuel Portelinha como um serviço de informação e comércio electrónico. O projecto promovido pela TRANSTEC - Associação Transmontana para o Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia, nasceu no Instituto Politécnico de Bragança no âmbito da Iniciativa Comunitária ADAPT (ver Net's Rurais).

José Soares da equipa responsável pelo Agrisite deu algumas dicas sobre web design (vulgo a construção de sites), que, aliás, é uma das actividades da organização. Este site tem por objectivo principal concentrar a informação disponível sobre o sector agro-alimentar em Portugal (ver Net's Rurais).

A outra experiência deu o toque internacional. O RMP (Rural Market Place) é um projecto de cooperação transnacional financiado pela DG XVI da Comissão Europeia através do

Artigo 10 do FEDER (ver Net's Rurais). Andreas Gruener, um dos responsáveis pelo projecto, explicou que o RMP é um "mercado electrónico" para produtores de produtos regionais de alta qualidade, que fornece instrumentos de comércio electrónico para consumidores finais e empresas. Actualmente o projecto envolve organizações públicas e privadas da Áustria, França, Espanha e Grécia, entre as quais vários grupos LEADER. A Proregiões está a analisar a possibilidade de integrar este projecto, assumindo o papel de entidade anfitriã do projecto em Portugal.

O segundo dia do workshop foi um forum de reflexão mais geral sobre o trabalho da Proregiões, em particular a actividade da Loja do Mundo Rural. A parceria para a Loja do Mundo Rural conta actualmente com as seguintes entidades: ADER-SOUSA, ADIRN, ADRUSE, INDE, PRÁTIKAS, PROBARROSO, TAGUS, TERRAS DENTRO, TROTE-GERÊS. A participação mais ou menos activa de cada uma destas workstations de diferentes territórios, tem permitido à Loja do Mundo Rural fazer o download, principalmente no "mundo urbano", de um número crescente de artigos, tanto na secção do artesanato como na dos produtos agro-alimentares, representativos do que há de melhor em Portugal.

Contudo, numa perspectiva de alargar ainda mais a gama de produtos existentes na Loja do Mundo Rural, mantendo os padrões de qualidade e uma estreita relação com os produtores, reafirmou-se a importância da participação de outras entidades no projecto. As ADL continuam a ser links privilegiados entre os artesãos e produtores tradicionais das zonas rurais e as zonas urbanas, onde se localiza a maioria dos consumidores ávidos da cor do barro e do cheiro do fumeiro.

O desafio foi lançando às ADL presentes e fica aqui, repetido, para todas as outras...

Luís Chaves

## nets rurais

<http://www.ruralnet.pt>

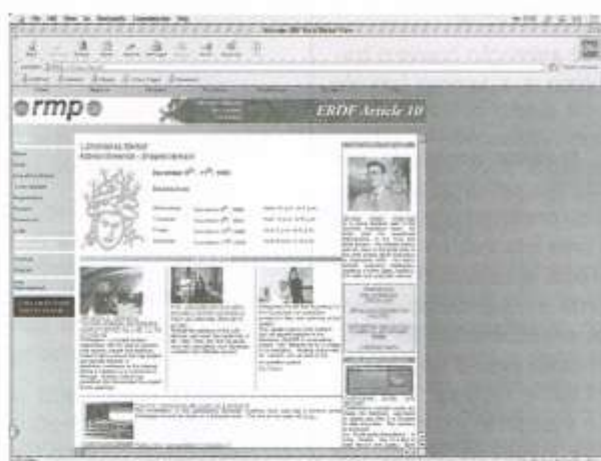


O Ruralnet é um projecto financiado no âmbito da Iniciativa Comunitária - ADAPT, tendo como entidade promotora a TRANSTEC, "Associação Transmontana para o Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia".

Pretende-se com o projecto fomentar a adopção das Novas Tecnologias da Informação pelas pequenas empresas rurais, nomeadamente na criação de uma organização que promova e facilite a comercialização electrónica de produtos típicos da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, no contexto dos novos mercados globais. Actualmente o projecto deixa de ter um cariz regional e começa a referenciar produtos e serviços de outras regiões do país.

O site <http://www.ruralnet.pt> já é relativamente conhecido do público, principalmente como um meio para adquirir produtos, com garantia de qualidade e alguma comodidade por parte do utilizador.

<http://www.rmp.at>



O RMP (Rural Market Place) <http://www.rmp.at> é um "mercado electrónico" de produtos regionais de alta qualidade, que envolve organizações da Áustria, França, Espanha e Grécia.

O objectivo geral do rmp é aumentar a competitividade e assegurar a viabilidade de pequenas empresas em zonas rurais e, consequentemente, contribuir para o crescimento do emprego; o rmp pretende ajudar a ultrapassar algumas das debilidades características das pequenas empresas em zonas rurais, o que inclui a competitividade versus a produção em massa, a falta de acesso à informação, dificuldades de acesso directo ao mercado e falta de planeamento profissional e instrumentos de marketing. As redes trabalham a nível regional, inter-regional e internacional. A utilização de várias línguas e de diferentes divisas facilita a navegação e os negócios.

<http://www.agrisite.pt/>



O AGRISITE apresenta-se como o primeiro site português criado com o objectivo de concentrar toda a informação disponível sobre o sector agro-alimentar, bem como disponibilizar serviços aos vários agentes deste sector, promover as empresas e produtos do sector e ainda facilitar o contacto entre as empresas e os estudantes/técnicos agrários. Os temas estarão disponíveis para: produtores, organizações de produtores, estudantes, cientistas, empresas, instituições oficiais, etc.

O AGRISITE <http://www.agrisite.pt> pode caracterizar-se como um portal sectorial com uma série de links bem organizados, interessantes para quem procura informação no agro-alimentar. Por exemplo: bibliotecas on-line, bolsas de terrenos, bolsas de emprego e de estágios e informação sobre eventos (congressos, exposições, feiras, etc.) em Portugal e noutros países.



# As Negociações da **Organização Mundial do Comércio** em Seattle e algumas das suas implicações para o desenvolvimento rural



Como o anunciámos no número anterior do Pessoas e Lugares, iniciamos com este número uma nova rubrica, intitulada «do local ao global». Esta rubrica pretende dar informações sobre eventos de carácter mundial ou europeu que têm implicações importantes para o desenvolvimento rural, sendo no entanto pouco conhecidos pelos actores locais e pelos técnicos do desenvolvimento. Tendo em conta a importância das negociações que a partir de 30 de Novembro decorrem em Seattle (EUA) no quadro da Organização Mundial do Comércio, iniciamos esta rubrica com uma informação sintética sobre este assunto.

## O que está em jogo nas negociações de Seattle?

À medida que a globalização da economia se afirma, as negociações e acordos sobre o comércio internacional e a economia mundial tornam-se cada vez mais necessários e ganham uma importância e uma dimensão cada vez maior. Enquanto há 10 anos atrás os acordos entre os Estados, a nível mundial, eram limitados ao mínimo necessário, verificou-se nos últimos anos uma multiplicação e um reforço dos acordos internacionais para dar respostas a problemas mundiais da economia e não só. Estes acordos limitam cada vez mais a soberania dos Estados na gestão de certos domínios da vida económica.

Nesta evolução geral podem-se considerar duas tendências.

Uma tendência visa dar resposta aos grandes problemas de ordem ecológica, social, cultural que são hoje em dia grandes desafios da humanidade. Nesta tendência inscreve-se, por exemplo, o encontro de Rio de Janeiro de 1992, que levou a tomar uma série de decisões para dar resposta aos grandes problemas ecológicos mundiais. Também em Kyoto, em 1998, os Estados tomaram decisões para reduzir as emissões de gás carbónico. Existe, igualmente, uma série de acordos para impedir o comércio de produtos derivados de espécies animais e vegetais em perigo de extinção. Também se podem considerar como um elemento desta tendência os acordos comerciais preferenciais para ajudar os países mais pobres (como é o caso, por exemplo, dos acordos de Lomé entre a União Europeia e os países ACP), as

sanções contra os produtos produzidos em condições sociais que não respeitam os direitos humanos, etc.

De uma maneira geral esta primeira tendência tem dificuldade para se afirmar e muitas vezes passa-se com dificuldades das declarações de intenção à realização prática. Por exemplo, as resoluções tomadas no Rio de Janeiro estão, sete anos mais tarde, ainda muito longe da aplicação, apesar da sua urgência. Factores de interesse económico e financeiro representam de facto travões importantes neste sentido.

A segunda tendência visa, pelo contrário, liberalizar o comércio externo, considerando que qualquer tipo de suporte financeiro público a uma actividade económica é uma forma de protecção e uma "barreira" ao comércio.

Nesta segunda tendência inscrevem-se os acordos do GATT (Acordos Gerais sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio) que procuram liberalizar o comércio de mercadorias. Iniciados em 1947, as negociações do GATT mantiveram durante muito tempo uma posição pouco coercitiva, na medida em que qualquer decisão de sanção contra um Estado que não aplicava as regras definidas necessitava o acordo unânime de todos, o que era muito difícil conseguir.

Mas em 1994, em Marrakech (Marrocos) criou-se a Organização Mundial do Comércio (OMC) que representa uma forma muito mais forte que o GATT:

- por ter um estatuto de organização internacional, ao contrário do GATT, que funcionava essencialmente como "forum de negociação" - 134 Estados são, assim, membros da OMC;
- por abranger acordos que ultrapassam de longe os acordos do GATT: além do próprio GATT, que continua a liberalizar o comércio de mercadorias, existem 12 outros acordos, dos quais um sobre agricultura, um sobre os serviços, um sobre a propriedade intelectual, incluindo a biotecnologia e os microorganismos, sem falar de acordos mais específicos como o acordo sobre as barreiras técnicas do comércio, o acordo sobre as medidas sanitárias e fitosanitárias;

— por ser mais coercitivo: a OMC dispõe de um Órgão de Tratamento de Contenciosos que tem o poder de decidir sanções, que não são aplicáveis somente em caso de unanimidade dos membros.

Assim, a OMC representa um instrumento de grande força para a total libertação do comércio mundial e uma ameaça para os acordos que tomam em conta outro tipo de preocupações. Por exemplo, a cláusula do tratamento nacional da OMC proíbe qualquer discriminação contra os produtos de origem estrangeira, incluindo as discriminações na base de condições de produção não respeitadoras do meio ambiente ou dos direitos humanos, com a única excepção das mercadorias produzidas por prisioneiros.

Depois de 1994 decorreram mais dois encontros, em 1996 em Singapura e em 1998 em Genebra, cujo objectivo foi de preparar o encontro de Seattle que está a decorrer e no qual se vão discutir novamente os acordos sobre a agricultura, sobre os serviços e sobre a propriedade intelectual. Tendo em conta a importância deste encontro, as ONG, sindicatos, associações de consumidores, etc. têm-se mobilizado para manifestar a sua oposição às negociações que estão a decorrer. (ver destaque). Face a este movimento geral de oposição, o Comissário Europeu ao Comércio, Paul Lamy, que vai representar a União Europeia nestas negociações, disse já não se poder ignorar esta "resistência da opinião à internacionalização".

## Implicações para o desenvolvimento rural na Europa

As negociações que estão a decorrer neste momento podem ter implicações importantes para o desenvolvimento rural, nomeadamente nas zonas mais desfavorecidas. De facto, a União Europeia tem desenvolvido, desde praticamente a sua criação, uma política de apoio à agricultura e, mais tarde, ao desenvolvimento rural que pode ser posta em causa pelos acordos em curso de negociação. Nomeadamente, os Estados Unidos e o grupo de países chamados Cairns, nos quais se encontram os grandes exportadores de produtos agrícolas como a Austrália, Nova Zelândia, Argentina, Canadá, fazem pressão para que se acabe com os apoios financeiros à agricultura e que se libertem os preços agrícolas.

Face a esta perspectiva, a Comissão Europeia, com o apoio dos Estados Membros, preparou uma defesa, apoiando-se por um lado sobre os acordos já existentes e por outro sobre as novas políticas que estão a ser implementadas, nomeadamente no quadro da Agenda 2000 e acordos definidos em Berlim.



do local ao global

Preconceitos e Conceitos

"deixemo-nos de filosofias...  
/ falemos de coisas concretas"

Falemos da identidade  
e ou da imagem de um território.

1. Identidade/Imagem – de um território

- " o encadeamento das coisas"
1. Sem um mínimo de práticas democráticas é difícil que possa haver...  
— democracia participada
  2. Sem este tipo de democracia...  
— é difícil que possa haver coesão cultural, social e económica.
  3. Sem este tipo de coesão...  
— é difícil chegar-se a uma verdadeira identidade territorial
  4. Sem essa identidade territorial...  
— é difícil criar uma consolidada imagem do território.
  5. Sem uma distinta e valorativa imagem do nosso território...  
— é difícil que os outros territórios cooperem com o nosso.
  6. Sem a cooperação dos outros...  
— o desenvolvimento do nosso território é impossível.

Ou seja...na minha concepção, as práticas democráticas são a Mãe do Desenvolvimento Local.

É em relação a elas que todos os indicadores devem ser ponderados. Partindo do princípio que a implantação dessas práticas é um objectivo a atingir, tal como o é, - o desenvolvimento!

2. Das práticas democráticas

Como distinguir o que são ou não práticas democráticas?

- Como ponderar a relativa democraticidade de cada intervenção, enquadrando-a no seu próprio contexto e segundo o entendimento que cada interveniente tenha do conceito de "práticas democráticas" ?

A título de exemplo, resumo alguns aspectos que, em minha opinião, podem ajudar a essa ponderação.

Neste contexto, as práticas democráticas começam pelas atitudes e funcionamento interno das próprias entidades que estimulam e promovem o D.L. - as ADL.

Se as atitudes, comportamentos e relações de trabalho não forem relações de participação, solidariedade, tolerância, discussão colectiva, partilha das informações, decisões consensualizadas democraticamente etc., então, dificilmente os técnicos e responsáveis poderão ser , para além de gestores de instrumentos financeiros, portadores de mensagens sobre os valores do D.L.

As ADL, no seu funcionamento, não podem deixar de ser "escolas – exemplares" de práticas democráticas, sob pena de nunca chegarem à coerência entre o que dizem (supondo que o dizem) e o que fazem, negando-se a si próprias como exemplos piloto.

Praticar a pedagogia da participação das pessoas nos processos de discussão, concepção e decisão sobre todas as acções a desenvolver no seu "espaço" próximo, espaço físico ou social.

Trabalhar para que cada pessoa possa vir a sentir através do exercício quotidiano da participação:

que também é uma pessoa com quem os outros contam, que também tem algum poder, que também é um cidadão capaz de criar, que também tem responsabilidades, as que lhe advêm do exercício dos seus direitos.

Tudo fazer, sistematicamente, para que a aplicação do princípio da subsidiariedade não acabe nas Câmaras Municipais.

No que diz respeito aos acordos já existentes, já tinha sido negociado no passado a existência do que se chama a "caixa azul" (blue box) e a "caixa verde" (green box). Trata-se de medidas excepcionais de apoio directo aos agricultores, seja para garantir um preço mínimo (caixa azul) seja por razões agro-ambientais (caixa verde). Nestas medidas entram as ajudas directas no quadro da PAC (caixa azul) e as medidas agro-ambientais (caixa verde). Aparentemente não haverá muito problema em manter as medidas da caixa verde, mas já não será o mesmo para as medidas da caixa azul onde as pressões de outros países serão provavelmente muito fortes para a sua eliminação ou redução. Daí que, para salvaguardar a política de apoio à agricultura, a Comissão e os Estados Membros procuram outros argumentos, baseando-se nomeadamente sobre a evolução actual desta política.

A este respeito, a Agenda 2000 tal como foi negociada em Berlim no início de 1999 abre perspectivas interessantes, reforçando o que se chama "o segundo pilar da Política Agrícola Comum", ou seja a política de desenvolvimento rural. Este "segundo pilar" da PAC complementa as políticas já existentes de desenvolvimento rural no quadro do programa LEADER e dos antigos programas de Objectivo 5b, mas vai além dessas políticas no que toca às próprias ajudas directas aos agricultores em termos de garantia de preço agrícola. A ideia é que estas ajudas directas sejam cada vez mais atribuídas não de maneira sistemática mas de maneira condicional quanto aos serviços que os agricultores podem dar. Ao encontro desta ideia vem a ideia da "multifuncionalidade da agricultura", considerando que além da sua função de produção a agricultura tem uma função ambiental e uma função de revitalização das zonas rurais. Enquanto a primeira função é uma função comercializável, as duas outras não o são e necessitam portanto de um "pagamento" específico com fundos públicos. Portanto, uma parte cada vez mais importante das ajudas aos agricultores deveria aparecer não como uma garantia de preço mas como o pagamento de serviços, correspondente às duas funções não comercializáveis.

Além de ser um argumento importante para defender a continuação da PAC, a ideia da multifuncionalidade da agricultura tem um interesse fundamental para o desenvolvimento rural, permitindo integrar a agricultura como uma componente essencial do desenvolvimento local. Por essa razão, vários países europeus a defendem, nomeadamente os países do Sul da Europa. Por exemplo a França lançou uma nova política nacional baseada sobre os "Contratos de Exploração Territoriais" (CTE). Estes contratos são assinados com os agricultores que aceitam respeitar um caderno de encargo de normas definidas a nível local, recebendo em contrapartida as ajudas comunitárias. São portanto uma forma de territorialização das políticas de desenvolvimento rural que vem como complemento das outras políticas de desenvolvimento rural descentralizadas (tal como o LEADER).

Nesta preparação das negociações, Portugal também insistiu junto da Comissão Europeia para que fosse posto em relevo o papel fundamental da agricultura para o meio ambiente nas zonas rurais e a conexão que existe entre a qualidade dos alimentos e o meio ambiente.

Certos países do norte da Europa, como a Inglaterra ou a Suécia estão aparentemente mais reservados sobre a questão da multifuncionalidade da agricultura e pensam que a União Europeia defenderá melhor os seus interesses e estará mais credível se procurar, antes de mais, negociar sobre a caixa azul e a caixa verde.

A posição que a Comissão Europeia vai defender em Seattle sobre os acordos da agricultura é uma posição consensualizada, onde a multifuncionalidade da agricultura aparecerá como um argumento forte de um modelo agrícola europeu, essencial para o desenvolvimento das zonas rurais.

S.T.

Em Seattle, os movimentos anti-OMC poderão bem aparecer como os verdadeiros protagonistas, face aos Ministros que se reúnem para negociar. De facto, um grande número de ONG, sindicatos, movimentos de consumidores, etc., tanto do Sul como do Norte da planeta preparam um contra-encontro ao qual querem dar um grande eco. Para este efeito, têm alertado a opinião pública, mobilizado os seus militantes e preparado a intervenção local. Já 1200 ONG pediram que não haja mais domínios a cair na jurisdição da OMC. Frente a esta mobilização, os organizadores tentam limitar o impacto de um tal contra-encontro. Por um lado, convidaram 800 ONG que poderão exprimir-se, por ocasião de um foro que lhes será inteiramente consagrado. Por outro lado o Director da OMC convidou algumas das pessoas mais influentes em Genebra. Mas está-se à espera, em Seattle, de uma manifestação de uma importância talvez nunca vista desde 1968....

Para que a sua aplicação desça concretamente até às Juntas de Freguesia, até às Colectividades locais e, nestas, até ao funcionamento das respectivas estruturas directivas.

Saber defender e exercer constantemente e em todas as situações, a pedagogia da participação e do respeito pelos princípios democráticos junto de todas as pessoas com quem lidamos, sejam eles governados ou governantes.

No geral, agir e influenciar os outros a agirem, como cidadãos activos e responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento.

Que atingir tudo isto pressupõe a concretização da grande utopia... claro que sim!.

Porem, em todos nós e nas nossas organizações, algo de tudo isso já existe, por pouco e imperfeito que seja.

Devemos por coerência e sentido da responsabilidade, ter a coragem de reconhecer " o pouco que é " e a satisfação que apesar de tudo nos dá, pelo muito que esse pouco vale, dados os contextos da sua realização.

3. Identidade de um território

Conjunto de especificidades ou características: geográficas, paisagísticas, climáticas, produtivas, patrimoniais, gastronómicas, religiosas, artísticas, lendárias, históricas etc. identificadas e reconhecidas como próprias e comuns, pelos seus habitantes.

Conjunto que passa a compor uma só imagem - símbolo na qual todos se revêm e da qual todos se servem para, junto dos outros territórios, indicar a sua origem e localização e afirmarem a originalidade, bondade e valor das pessoas, das suas acções e comportamentos e a qualidade ímpar dos seus produtos.

a) a imagem do território

A Imagem quando resultante duma identidade realmente existente e assumida internamente, pode dizer-se que é "aquilo que servirá a formar a opinião dos outros sobre nós próprios e o nosso território, como entidade social diferente de outras."

É através dela que nos apreciarão ou não. É através dela que escolherão ou não o nosso território como destino turístico e preferirão ou não os nossos produtos.

Quando a imagem é um simples aproveitamento de um facto isolado histórico ou religioso, do renome de um produto, de um monumento ou uma paisagem, etc. sem que isso seja reconhecido como património comum à maioria, é com certeza uma "imagem útil" a determinados sectores

económicos , culturais, religiosos ou políticos, mas não é a "imagem da identidade do território"

Há que reconhecer que, na maioria dos casos, não é possível ir além da criação de uma "imagem" deste último tipo.



# DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MEIO RURAL: EXPERIÊNCIAS E LIÇÕES DO PROGRAMA LEADER EM PORTUGAL

*Comunicação apresentada no Congresso Transnacional de Desenvolvimento Local "Desenvolvimento Local: Integridad e Trabajo en Red", organizado no âmbito do "Projecto Social de Desenvolvimento Comarcal – PROSODECO - de Ciudad Rodrigo" realizado em Salamanca, nos dias 11 e 12 de Novembro de 1999.*

*Pretendia-se reflectir neste Congresso sobre a importância do compromisso dos diversos actores locais num processo de desenvolvimento local e analisar alguns traços da experiência de Portugal e de Espanha neste domínio, tendo em conta futuras cooperações. A Direcção geral de Desenvolvimento rural apresentou o Programa LEADER como exemplo de uma iniciativa que desenvolve acções em parceria e cooperação, destacando a importância crescente do trabalho em rede na actual sociedade.*

## O contexto do desenvolvimento local

No contexto de globalização e massificação do consumo em que vivemos, a competitividade dos espaços rurais radica, cada vez mais, na gestão qualificada dos recursos locais, na capacidade criativa e empreendedora das pessoas e, evidentemente, em esquemas organizativos que permitam ganhos de dimensão, com os quais seja possível explorar diversidades, especializações e complementaridades, sem pôr em causa a pequena escala e a especificidade dos territórios.

A melhoria constante das acessibilidades e as novas tecnologias de informação modificam constantemente a inserção dos territórios rurais nas dinâmicas competitivas globais e, sobretudo, abrem novas possibilidades na organização espacial das relações inter-institucionais e inter-empresariais.

Nesta perspectiva de globalização, cada vez mais, a multiplicação das redes e das parcerias está associada à revitalização do local e à sua crescente articulação com o global. A este propósito são significativas as grandes mudanças em que as actividades de produção começam a estar organizadas, agora à escala planetária, através de redes, sistemas abertos e dinâmicos, constituintes de uma nova morfologia social.

As novas orientações e medidas de política para as áreas rurais sublinham a dimensão territorial do desenvolvimento económico e social, na perspectiva da fixação das populações nas regiões menos desenvolvidas para evitar a desertificação no interior do país e se perspectivar o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

Para a concretização destas políticas é fundamental alicerçar um conjunto de soluções que suportem esta estratégia, desde logo, através de uma abordagem territorial, ascendente, multisectorial e baseada numa gestão descentralizada, coordenada e participada.

Estas novas abordagens, no domínio do desenvolvimento local em meio rural, fazem apelo a três princípios: da **igualdade de oportunidades** dos diversos territórios, da **subsidiaridade** (pela descentralização da intervenção) e da **parceria** (pela concertação estratégica), envolvendo (pelo estímulo à mobilização, criatividade e compromisso) entidades públicas e privadas no mesmo esforço de modernização.

Nesta perspectiva, uma parceria local deve ser encarada como uma rede de relações e de solidariedades que, ao nível de um território induz à criação de outras dinâmicas e à convergência de esforços e de objectivos comuns com outras organizações e entidades.

A parceria, enquanto processo de cooperação em rede, é também um meio para o desenvolvimento de novos espaços de competências dos actores locais e para assegurar uma melhor eficácia na coordenação das acções pois possibilita uma maior concertação público-privado, suportada no diálogo e na consensualização de objectivos.

## O LEADER como experiências de acções em rede e cooperação

A Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), foi um forte contributo para a multiplicação de Associações de Desenvolvimento Local (ADL's) em Portugal. Esta Iniciativa, apresenta-se como uma abordagem útil e exemplar de *uma estratégia de desenvolvimento global, baseada nos esforços conjuntos dos protagonistas locais e no desenvolvimento das suas aptidões* que, num período de menos de 10 anos interligou e fortaleceu o trabalho em rede e a cooperação de um conjunto de actores locais.

Com efeito, esta IC encorajou o desenvolvimento de novas formas associativas descentralizadas através de um conjunto de acções em cooperação com vários agentes públicos ou privados ao nível local, inter-regional, nacional e transnacional. A constituição e evolução das Associações de Desenvolvimento Local está directamente relacionada com o crescente envolvimento da sociedade civil na resolução dos grandes problemas que afectam o mundo rural.

Contrariando uma prática na qual o centro de decisão estava situado fundamentalmente no exterior dos territórios, este programa proporciona uma gestão a partir de uma subvenção global, descentralizada e participada pelos actores locais, aproximando as decisões das iniciativas.

As parcerias, formas organizativas mais correntes em que assentam as ADL's gestoras do Programa LEADER em Portugal, permitem responder, de uma forma mais integrada e eficaz, aos problemas locais, uma vez que diferentes motivações e sensibilidades permitem arranjar soluções multiformes para cada situação e não são mais do que a constatação da incapacidade de se trabalhar de forma sectorizada e individualizada, uma vez que os processos de mudança nunca estão ao alcance de um único actor local.

A constituição das parcerias está relacionada quer com a diversidade de situações existentes a nível nacional, quer com as particularidades relativas aos casos concretos e a cada região. No LEADER, a dinâmica do processo de constituição e evolução de parcerias repousa, fundamentalmente, na procura de uma certa legitimidade e/ou representatividade por parte das Associações de Desenvolvimento Local e também, noutros casos, da procura de novas competências técnicas.

A rede de Grupos de Acção Local (GAL), em Portugal, inicialmente constituída por 20 grupos no LEADER I, foi significativamente alargado, em Portugal, existindo, neste momento, 48 Entidades Locais gestoras da subvenção global LEADER II.

Actualmente, as ADL's realizam as suas actividades num contexto de interdependência crescente entre o local e o global. É sinal disso o crescente número de ADL's que realizam acções em parceria e/ou cooperação desde o nível local ao transnacional e cuja natureza é reveladora de uma nova configuração no espaço e tempo. A transformação do local concretiza-se numa maior intensidade de fluxos de redes e

sistemas de inter-relações locais/globais reforçados pelo desenvolvimento de acções em rede e cooperação.

A cooperação transnacional, financiada através da rede europeia de desenvolvimento rural criada com o Programa LEADER II, proporciona a permuta de experiências e tem claramente uma força positiva, enquanto resposta associada às mutações da sociedade em geral e do mundo rural em particular.

## Uma nova institucionalidade para o Desenvolvimento Rural em Portugal

As orientações políticas definidas para o ciclo 2000-2006, impõem um novo quadro conceptual de programação, gestão e avaliação das medidas a implementar. Nesse novo contexto, são defendidas três ideias fundamentais:

- a **territorialização das políticas**, o que significa a concepção, execução e coordenação de medidas e instrumentos a partir de uma base territorial concreta;
- a **abordagem integrada** que deverá englobar, no mesmo quadro, as medidas de conservação, de ajustamento estrutural e de diversificação de actividades;
- e uma **engenharia sócio-institucional tão descentralizada quanto possível**, que estimule a participação e a entreaajuda das comunidades rurais.

A complexidade desta proposta, assente numa enorme diversidade de problemas e soluções, impõe políticas mais imaginativas e criadoras e a coerência de conjunto ao nível das medidas e dos instrumentos, mas necessita, acima de tudo, de estruturas institucionais e processos de decisão capazes de conciliar, melhor do que hoje, eficácia, descentralização e coerência.

O que requer, provavelmente, uma nova institucionalidade.

A aposta nessa nova institucionalidade vai centrar-se no fomento da iniciativa, da organização e de mobilização local, a partir de um modelo de intervenção que deverá ter diversos sentidos, a saber:

- forte descentralização das decisões para instâncias regionalizadas da administração pública, com um efeito de proximidade significativo (cerca de 50% dos fundos comunitários serão transferidos para as regiões);
- implementação de processos de decisão da administração pública acompanhada por entidades consultivas representativas, na procura de consensos para as grandes questões de interesse nacional e regional;
- reforço de processos de co-decisão em que participam o Estado e os representantes da sociedade civil em relação a um conjunto de investimentos e acções de índole regional e local;
- passagem de funções tradicionais do Estado para empresas (privatização) ou para entidades sociais como as associações (devolução de responsabilidades), nomeadamente para a gestão de programas e projectos concretos.

Evidentemente, este modelo de intervenção coloca questões de capacitação, legitimidade e transparência que devem ser equacionados e resolvidos num quadro claro, explícito e não discriminatório de soluções.

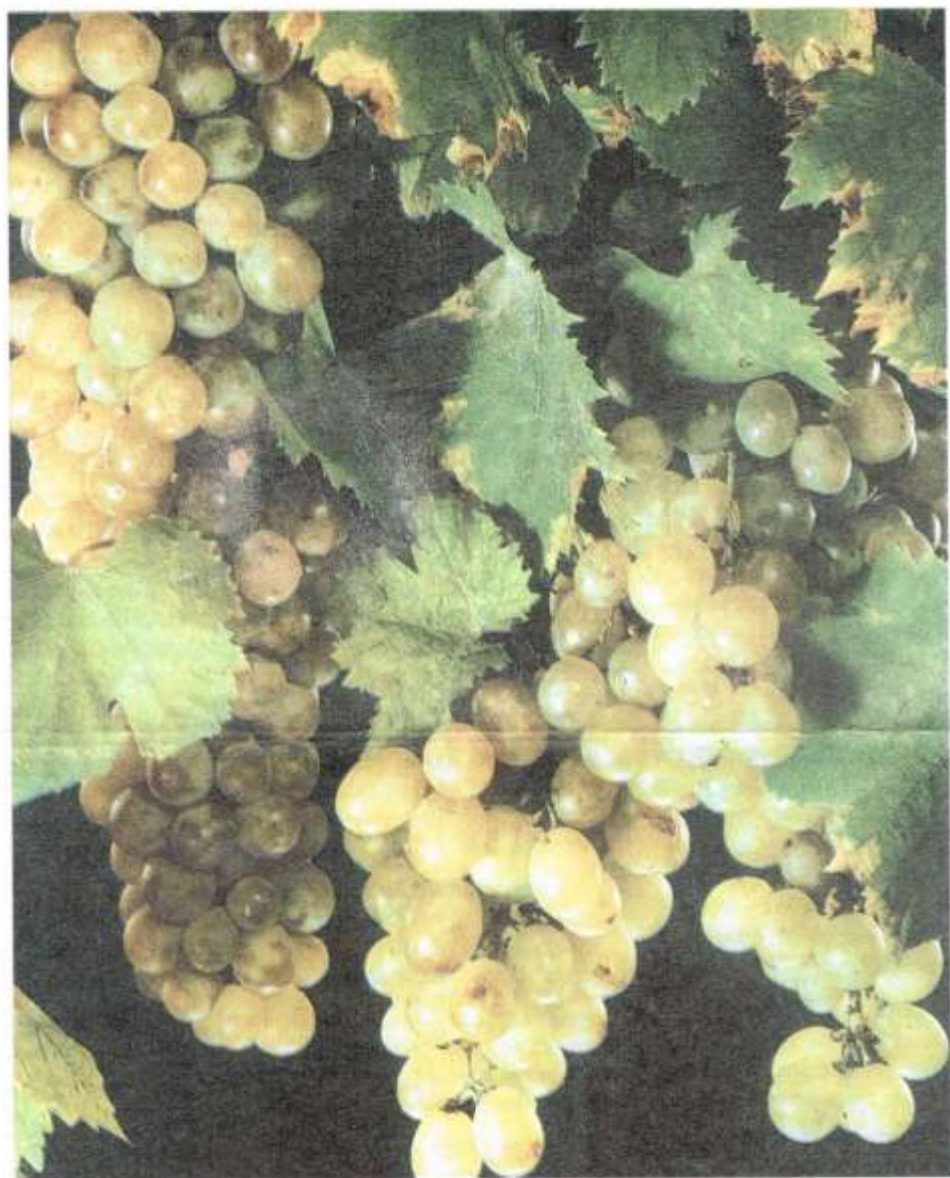
A experiência obtida pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas na gestão do programa LEADER em Portugal, deverá servir de lição para a implementação deste novo modelo de gestão e para uma arquitectura institucional inovadora.

O modelo de desenvolvimento rural sustentável que se defende para Portugal exige recursos financeiros mas requer sobretudo recursos humanos qualificados. Exige certamente capacidade organizativa e exige tempo. Mas, acima de tudo, exige uma visão prospectiva que traduza uma "ambição de futuro" e faça apelo à participação efectiva das pessoas na construção do seu destino colectivo.

Miguel Freitas  
Director-Geral do Desenvolvimento Rural  
Rosário Serafim  
Comissão Nacional de Gestão LEADER



# OS VINHOS DE BASTO



A Sub-Região dos Vinhos Verdes de Basto centra-se no rio Tâmega, limitada por um conjunto de formações montanhosas: a Norte as Serras da Cabreira e do Barroso, a Este as Serras do Alvão e do Marão e a Oeste a Serra da Lameira o que, em termos físicos, lhe confere uma grande coesão interna.

É pois nas encostas soalheiras do Tâmega, "veia-cava" de Basto, que a vinha tem maior e mais forte expressão. Grandemente implantada em terrenos de cotas entre os 100 e os 350 metros, geralmente estreitos e alongados, forma um cenário de grande beleza paisagística, identificador e típico da região.

É na bordadura desses terrenos que se encontra a tradicional vinha "de enforcado", conduzida em altura e servindo-se de árvores de grande porte como apoio. Esta forma de condução, com óbvios problemas de manejo, levou a uma intervenção séria de reestruturação, com redução dos custos de produção, mecanização das tarefas e melhoria da qualidade. E com isso, surgiram no território novas paisagens marcadas pela vinha contínua, baixa e geometricamente instalada.

Os encepamentos dominantes para os vinhos brancos são constituídos pelas castas azal, pedernã e trajadura, enquanto os dos vinhos tintos são essencialmente constituídos por vinhão, borraçal, rabo de ovelha e padeiro de basto.

São estas castas que dão origem a brancos que, ao nariz e à boca, são de intensidade aromática e de carácter frutado. Bem equilibrados no grau alcoólico e na acidez, têm agulha e corpo macio. Os tintos, por sua vez, são de cor vermelha intensa, acidez viva e corpo macio com boa adstringência.

Com forte expressão cultural e económica na população residente desde tempos antigos, a produção do vinho afigura-se hoje, mais do que nunca, como a principal aposta da agricultura da região de Basto em termos de afirmação de um produto de qualidade, capaz de competir e de se afirmar num mercado cada vez mais especializado e exigente.

É essa percepção que leva a PROBASTO a lançar, já no LEADER I, uma grande campanha de promoção dos Vinhos de Basto, promoção essa que passa pela criação de um logo dos Vinhos de Basto e pelo lançamento de diversos desdobráveis dos produtores de quinta. Significativo é o facto de a primeira promoção dos Vinhos de Basto ter sido feita com 6 produtores de quinta e, hoje em dia, existirem já mais do dobro, com produção de Vinhos Brancos, Tintos e Regional do Minho, um vinho rosé introduzido recentemente. De notar ainda o aparecimento recente do Espumante que embora com muito pequena produção é já um produto muito procurado.

Mas, para lá destas acções promocionais, a PROBASTO lançou uma iniciativa anual, a Festa do Vinho, que no início do Verão leva os sabores do Vinho e da Gastronomia da região a um público cada vez mais alargado. Realizada em sistema de rotatividade pelos 4 concelhos de Basto (Cabeceiras, Celorico, Mondim e Ribeira de Pena) a Festa do Vinho tem contado com a participação da quase totalidade dos produtores engarrafadores de Basto que, em stands próprios, comercializam os seus vinhos.

Por último, foi lançado um Roteiro dos Vinhos de Basto, em que estão representadas a Casa de Canedo, a Casa do Reguengo, a Casa da Tojeira, a Casa do Valle, a Cooperbasto, a Coroa de Louros, a Quinta das Carvalhas, a Quinta das Escumadeiras, a Quinta do Fundo, a Quinta d'Onega, a Quinta de Suarribas, a Quinta de Valarongo e a Quinta da Veiga.

E fazer o roteiro dos Vinhos de Basto é ir ao encontro da natureza viva e alegre da paisagem, apreciar a excelente gastronomia local acompanhada pelos seus afamados vinhos, admirar os imponentes solares e os jardins de buxo e camélias. Fazer o roteiro dos vinhos de Basto é, finalmente, encontrar traços daquela antiga e sóbria vida portuguesa cheia de encantos, que o modernismo nivelador não conseguiu ainda apagar.



## Ficha Técnica

### Pessoas e Lugares

**Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II**

**Propriedade:**  
INDE - Intercoperação e Desenvolvimento, CRL

**Administração e Redacção:**  
INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II  
Rua Marquesa de Alorna, nº 34 - 2º Esq.  
1700-304 LISBOA  
Tel. 21.8446595 | Fax. 21.8446623  
Email. caleader@inde.pt

Mensário

**Director:** Samuel Thirion

**Editor:** Camilo Mortágua

**Chefe de Redacção:**  
Francisco Botelho

**Editor Gráfico:** Ana Alvim / Isto É

**Redacção:** Paula Santos;  
Rosário Aranha

**Foto da Capa:**  
Feira da Castanha | CORANE

**Colaboram neste número:** Luís Chaves; Francisco Leonel Vaz / Corane; Miguel Freitas; Maria do Rosário Serafim; Paulo Marques / PRO-RAIA; PROBASTO

**Impressão:** Tipografia Silvas, CRL  
Rua D. Pedro V, 122 - 1º E  
1250-094 LISBOA

**Número de exemplares:** 3.000

**Depósito Legal** nº 142 507/99

